



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 072

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 072

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Grande Expediente:

Lançamento do Curso Pré-Vestibular

Cidadão 03

Oradores

Dr. Luiz Carlos Borges da

Silveira - Presidente 03

Sr. Maurício Requião -

Secretário da Educação 04

Dep. Rafael Greca 05

Encerramento 05

Expediente:

Memorando 06

Indicações 06

Requerimentos 07

Projetos de Resolução 15

Projetos de Lei 16

Projeto de Lei Complementar 24

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri25

Dep. Jocelito Canto26

Dep. Barbosa Neto26

Dep. José Domingos Scarpellini28

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini28

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto.....27

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró Guimarães29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente31

Discussão / Votação:

Redação Final31

3ª Discussão32

1ª Discussão32

Discussão Única (Indicação)34

Discussão Única (Proposição) ...34

Requerimentos35

Encerramento da Sessão36

Publicação Administrativa

Diretoria Geral

Despacho do Diretor36

DIÁRIO Nº 072

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

15ª LEGISLATURA

ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

19 DE JUNHO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior,

Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Carlos Simões, Chico Noroeste e Waldir Leite (04); e em viagem representativa o Sr. Deputados Marcos Isfer (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Grande Expediente está reservado para o lançamento do Curso Pré-Vestibular Cidadão, em uma parceria com o Instituto Borges da Silveira.

Vamos antecipá-lo, iniciando a solenidade.

Grande Expediente:

Lançamento do Curso Pré-Vestibular Cidadão

Antes de ouvirmos a palavra do Dr. Luiz Carlos Borges da Silveira, Presidente do Instituto Borges da Silveira, grande amigo do Paraná, queremos saudar o Secretário da Educação, Dr. Maurício Requião, que nos honra com a sua presença nesta Sessão, honrando esta Casa.

Oradores

De imediato, vamos conceder a palavra ao Presidente do Instituto Borges da Silveira, Dr. Luiz Carlos Borges da Silveira.

Dr. Luiz Carlos Borges da Silveira

O SR. LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Sr. Secretário da Educação, Maurício Requião; Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores:

É uma enorme satisfação para nós do Instituto Borges da Silveira e da Educon, estarmos realizando o lançamento desse curso de grande alcance social aqui na Casa de Leis e que abriga os representantes do povo paranaense e que representam todos os municípios do nosso Estado. Queríamos falar, em poucos minutos, sobre a evolução do ensino no Brasil, no advento do ensino à distância com novas tecnologias. Hoje, 10% dos estudantes de curso superior em nosso país são alunos do ensino à distância. E é aqui do Estado do Paraná que surgiu a grande evolução desse curso. Mas, dos 300 mil estudantes que estão cursando o 3º grau no Brasil, à distância,

mais de 50% são alunos de instituições de Ensino do Paraná.

Inicialmente, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a nossa Educon, que lançou no Estado de Tocantins outras duas instituições aqui no Paraná, que somando os alunos, hoje, representam no Brasil mais de 50% dos alunos de ensino à distância.

Realmente, está revolucionando a educação no Brasil. Porque como sabemos, as dificuldades de acesso aos centros universitários da maioria das cidades, do Norte e Nordeste brasileiro, têm conseguido, através do ensino à distância, melhorar o nível, inicialmente dos professores de ensino primário, que foi o início praticamente desse grande número de alunos do ensino superior, que foi a formação de professores das primeiras séries iniciais e hoje evoluindo para outros cursos, está levando o conhecimento e a informação às pessoas que estão trabalhando nos mais distantes rincões do Brasil e têm dificuldade de acesso ao ensino.

O ensino à distância, hoje, não tem aqueles mitos, aquilo que se dizia que era mais fácil. Hoje, é reconhecido pelo Ministério da Educação como igual ao ensino presencial. Inclusive, os certificados de graduação, os diplomas, os alunos que fazem esses cursos recebem, e ali não consta se o ensino é a distância ou presencial. Tem a mesma validade e mais do que isso, está democratizando o ensino no Brasil.

Nós, da Educon, por exemplo, temos alunos espalhados em todos os estados brasileiros, em mais de oitocentas cidades do Brasil. Temos alunos na capital de São Paulo, como lá nas barrancas do Rio Tocantins. É o mesmo professor, a mesma aula, a mesma qualidade de ensino que está atingindo todo o país. Neste Governo, o Ministério da Educação abriu as suas portas e viu a importância de um país como o Brasil, fala-se a mesma língua de dimensões continentais e com dificuldade de acesso ao ensino, somente com o ensino à distância podemos melhorar o nível e as condições, dar acesso à informação e ao conhecimento e preparar a nossa população para enfrentar as dificuldades que se apresentam no mundo globalizado.

Para nós é muito importante estarmos aqui na Assembléia Legislativa hoje para lançar um curso que entendemos, porque achamos sempre e todos os senhores e senhoras sabem das dificuldades dos alunos que saem de uma escola pública de 2º grau, para enfrentar aqueles outros alunos que fazem um cursinho preparatório ou que fazem uma escola particular de 2º grau - eles têm mais facilidade e ocupam a maioria das vagas das universidades públicas, tanto estaduais, como federais.

Nós, que fizemos uma experiência no Estado do Maranhão no último ano, no ano de 2005, na Universidade Estadual, e lançamos lá, através dela, um cursinho pré-vestibular, para dez mil alunos, em duzentas salas de aula, com cinquenta alunos em cada sala. E o resultado, para satisfação nossa, foi que 28% desses alunos foram

aprovados nas universidades públicas, estadual e federal, daquele Estado.

Isso nos estimulou, o Instituto Borges da Silveira e a Educon, a fazermos e darmos a nossa contribuição, como responsabilidade social da empresa, criamos e contratamos profissionais, professores de cursinhos especializados, em Curitiba, com experiência de mais de quinze anos de aulas em cursinhos. Estamos elaborando material e vamos lançar inicialmente na nossa rede de salas, aberto aos estados, municípios, instituições e associações. Por ser um curso livre, ele não tem um limite de número de alunos, porque o custo da produção é nosso. Então, o maior número de alunos possível a ser beneficiado será melhor. Não terá custos extras por um número de alunos. Não há modificação e não há como o curso fique melhor ou pior com um número menor ou maior de alunos, porque a aula é feita por televisão.

Vocês verão em um vídeo, que vamos passar, rapidamente, como funciona o nosso sistema. É a oportunidade que estamos dando, Sr. Presidente, Sr. Secretário. O Secretário da Educação do Paraná já está firmando convênio, para colocar na rede do Estado essas aulas. Esse convênio é muito importante, porque o que estamos lançando, hoje, sem dúvida nenhuma, proporcionará a inclusão social e o resgate da cidadania de milhares de jovens brasileiros.

Pediríamos, agora, que fosse passado um vídeo de quatro minutos, para mostrar como funciona esse sistema.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados.

(Aplausos)

(Apresentação de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Temos a honra de conceder a palavra ao Secretário de Educação, Dr. Maurício Requião.

Sr. Maurício Requião - Secretário da Educação

O SR. MAURÍCIO REQUIÃO

Muito obrigado!

Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão; Deputadas Elza Correia e Cida Borghetti, demais integrantes da Mesa da Assembléia Legislativa; Sras. e Srs. Deputados; Dr. Borges da Silveira; demais autoridades e convidados:

Chegamos ao mês de junho de 2006 em um momento bastante significativo para a educação do nosso Estado. Venho, portanto, a esta solenidade com muito prazer, com muita satisfação, para cumprimentar inicialmente o Instituto Borges da Silveira, mas também para aproveitar a oportunidade que tenho de falar nesta Casa, oportunidade rara e preciosa, para dizer que nestas duas próximas semanas ainda deste mês de junho, algumas

ações significativas e importantes da Secretaria da Educação merecem ser lembradas. Estaremos inaugurando o Ceditec, que é o Centro de Documentação da Educação do Paraná, que passa a funcionar em uma nova sede, a partir de agora, com um canal para a internet com fibra ótica, disponibilizando informações e fontes de pesquisa para todos aqueles que se interessam em estudar a educação do Paraná, e particularmente a educação pública do Paraná.

Agora, nas próximas duas semanas, estaremos concluindo a última fase do nosso projeto Paraná Digital que viabiliza o Portal da Educação, o Portal Dia-a-Dia Educação. A partir desta semana estamos fazendo já a conexão entre a fibra ótica que se encontra na frente de mais de mil escolas do Estado, e o laboratório de dentro da escola, ou seja, estamos instalando a rede lógica das escolas, e os mais de quarenta mil computadores, já adquiridos pelo Governo do Estado do Paraná e que se encontram hoje no Parque da Ciência, começam a ser distribuídos. E semanalmente estaremos anunciando as novas conexões, até chegarmos ao final deste ano com 100% das nossas duas mil e cem escolas do Estado, conectadas com alta velocidade à rede de internet.

Estamos anunciando, com muita satisfação, ainda nesta semana, a conclusão do trabalho dos professores que desenvolveram, de maneira pioneira e original no Estado do Paraná, o nosso Livro Público. Pela primeira vez na nossa história, na história do nosso país, um estado brasileiro estará assegurando a todos os alunos matriculados no ensino médio o livro didático, público, gratuito, de todas as disciplinas da nossa grade tradicional e incluindo as disciplinas de Filosofia e Sociologia. Ainda nestas próximas duas semanas, a partir do dia 20, estaremos colocando no ar, por satélite natural, a nossa televisão cativa da educação e das escolas. A partir do dia 20, nasce a TV Paulo Freire, homenagem que fazemos a um dos maiores intelectuais brasileiros e, certamente, o maior educador do nosso país. A família Freire nos concedeu a honra e o privilégio de usarmos o seu nome para designarmos a nossa nova televisão. Uma televisão com programação exclusiva para a comunidade escolar, para professores, funcionários, alunos e pais de alunos. São ações como essa, Livro do Portal, da Televisão, que se concluem nesta semana, que fazem com que sintamos a alegria e a satisfação de estarmos vivendo este momento.

Dr. Borges da Silveira, eu incluo dentro dessas ações importantes da educação do Paraná, a iniciativa do Instituto Borges da Silveira, que como os senhores sabem, de maneira desprendida e generosa oferece ao Estado do Paraná, não ao Governo do Estado, mas ao Estado do Paraná, a oportunidade de enfrentar mais um dos inúmeros problemas que, sabemos todos, ainda existem e precisam ser enfrentados na nossa educação. Muito já se fez nesse ano que passou, conseguimos aprovar 52% das vagas da Universidade Federal do Paraná com alunos da nossa escola pública, índice infe-

rior ao obtido nas nossas universidades estaduais, mas proporcionalmente ao número de alunos que temos na nossa rede, com o número de alunos que a rede particular possui; ainda temos muito a avançar, precisamos melhorar a qualidade do ensino médio, e estamos trabalhando nessa direção. Precisamos, no entanto, enquanto esta melhoria de qualidade não se consuma, de ações como esta que aqui começamos, graças a essa parceria que se estabelece entre a iniciativa privada, o Poder Legislativo do Paraná e o Poder Executivo que estará disponibilizando a sua televisão, a nossa TV Paulo Freire, as telessalas que estamos instalando nas nossas escolas para que os nossos alunos, em todas as regiões do Estado possam ter a oportunidade de se preparar melhor para a difícil disputa do vestibular.

A minha presença aqui, hoje, é no sentido de externar a vocês, à sociedade paranaense, o significado que tem para a educação pública gestos como esse que vêm da iniciativa privada! Muito obrigado, Dr. Borges da Silveira, muito obrigado ao seu instituto!

Encerro dizendo aos senhores que vivi um momento muito importante da Educação do Paraná, neste Governo, talvez o mais significativo de todos; foi o momento em que pudemos ver promulgado pelo Governador o então projeto de lei, aprovado nesta Assembléia, que se transformou no plano de carreira dos professores. Digo que nesse instante, somando a todas essas ações, há uma a mais, que se reveste, no meu modo de ver, num significado ainda maior do que foi a promulgação do nosso plano de carreira. Creio que até amanhã, Presidente Hermas Brandão, Deputados e Deputadas, o Governador deverá remeter à Assembléia Legislativa uma Emenda Constitucional elevando o percentual de despesas com Educação dos atuais 25% para 30%, na contramão das tendências que estão em diversas regiões do Brasil, levando a um descompromisso cada vez maior do Estado com as suas funções principais como Segurança, Saúde e especialmente Educação.

O Estado do Paraná que já investe significativamente na melhoria da qualidade da nossa escola, agora, com esta medida, deixa um legado, não apenas aos governos mas às gerações que virão e que se beneficiarão, com toda certeza, de uma melhora efetiva e expressiva resultante de um maior investimento na Educação Pública do nosso Estado.

Obrigado pela atenção de todos. Muito obrigado Presidente, e mais uma vez, parabéns ao Instituto Borges da Silveira.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos, antes de encerrarmos a primeira fase da nossa Sessão Ordinária, registrar nos Anais desta Casa, o nosso agradecimento ao Ministro Borges da Silveira, pela

sua iniciativa. Acho que são com iniciativas dessa natureza que vamos fazer o nosso país, o nosso Estado, cada vez mais promissores, porque é através da Educação que vamos desenvolver e V. Exa. é um exemplo de cidadania, colocando o seu Instituto à disposição daqueles que realmente precisam de um aproveitamento maior do ensino e se preparar, de uma forma toda especial, para enfrentar o vestibular.

Agradecemos também a presença do ex-Senador da República, Dr. Henrique Almeida, que nos honra também com a sua presença. Agradecer ao nosso Secretário da Educação, Maurício Requião, que nos traz hoje uma notícia tão importante: que o Governador deverá mandar uma mensagem para esta Casa aumentando para 30% a participação na área da Educação. E é dessa forma - volto a afirmar - que vamos fazer este país crescer!

Com a palavra, Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Peço a palavra, Presidente, porque o momento é de muito significado para todos os que sonhamos com um Brasil de igualdade e oportunidade para todos.

O anúncio que o Secretário da Educação acaba de fazer, somado à criação de telecentros através de uma televisão que levará o nome do educador Paulo Freire, acoplada ao eficiente Instituto Borges da Silveira, com apostilas impressas até na gráfica desta Casa, como li nos jornais. Tudo isso marca um esforço muito grande no sentido de concordarmos com o grande filósofo Sócrates, que já no século V antes de Cristo ensinou que as cidades não precisam ser governadas, as cidades precisam ser educadas.

Era isso, Sr. Presidente.

Encerramento:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradecemos a presença de todos.

Suspendemos a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

(Suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão)

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme o parágrafo 1º do artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Memorando****MEMORANDO**

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB, indicarem um membro partidário para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 22/06, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação ao *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual, dispondo que a ALEP reunir-se-á de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Indicações**INDICAÇÃO Nº 19/06**

O Deputado Tadeu Veneri indica ao Executivo Estadual que encaminhe ao Legislativo Estadual do Paraná, projeto de lei complementar dispondo sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.

A proposição atenderá ao disposto nos artigos 127 e 128 da Constituição Estadual, bem como ao disposto nos artigos 133 a 135 da Constituição Federal, de forma a atender às reais necessidades da população do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O artigo 128 da Constituição Estadual determina que projeto de lei complementar organizará a defensoria pública.

A Constituição Estadual e Constituição Federal incluem a Defensoria Pública dentre aquelas funções essenciais à Justiça. É inegável a onerosidade de honorários advocatícios e custas processuais e que esta situação exclui milhares de paranaenses da tutela jurisdicional para seus direitos.

As longas filas de espera que se formam nos núcleos de prática jurídica das faculdades de Direito ou nas prefeituras buscando algum tipo de assistência jurídica gratuita. São casais que procuram regularizar sua situação jurídica quando o fim do amor já determinou o fim da sociedade conjugal. São mães que procuram apoio para que seus filhos e filhas tenham preservado seus direitos constitucionais quando processados na esfera criminal. Questões que para muitos são simples, para outras tornam intermináveis por falta de dinheiro para custear um processo. O Estado também não oferece este serviço aos milhares de cidadãos que precisam deste apoio como

precisam dos serviços do SUS, da escola pública em todos os níveis, dentre outros.

A organização da Defensoria Pública deve ser resultado de um amplo processo de discussão com a sociedade.

INDICAÇÃO Nº 20/06

1. O Deputado Estadual Tadeu Veneri indica ao Executivo Estadual a criação, no âmbito da Administração Pública Estadual, do Comitê Técnico para solucionar conflitos decorrentes de concursos públicos realizados pelo Estado do Paraná, na forma dos demais itens.

2. O comitê a que se refere o item primeiro, terá por objetivo solucionar os conflitos decorrentes da interpretação dos editais de concursos públicos realizados pelo Estado do Paraná, bem como procedimentos relativos à convocação, habilitação, nomeação e investidura do cargo.

3. O comitê receberá, analisará e decidirá sobre todos os recursos interpostos por candidatos desde a publicação do Edital até o término da validade do concurso público.

4. O Comitê será formado por sete integrantes, obedecendo a seguinte composição:

I - um representante do Executivo Estadual indicado pelo Governador, preferencialmente da Secretaria para a qual está sendo realizado o concurso;

II - um representante da Comissão Executiva do concurso público;

III - um representante da Procuradoria Geral do Estado, designado pelo Procurador;

IV - um representante da entidade da classe dos servidores estaduais do cargo ou dos cargos para os quais está sendo realizado o concurso público;

V - um representante do Ministério Público Estadual designado pelo Procurador-Geral de Justiça do Paraná;

VI - um representante da Assembléia Legislativa do Paraná;

VII - um representante do conselho regional profissional ou, na inexistência deste, um representante da entidade de classe representativa dos servidores públicos ocupantes do cargo para o qual está sendo feito o concurso.

5. A composição do Comitê e seus integrantes serão divulgados no mesmo instrumento convocatório do concurso público.

6. Fica vedada a participação de uma mesma pessoa em mais de um comitê quando estiverem em funcionamento ao mesmo tempo.

7. A interposição de recursos junto ao Comitê não exclui o direito de recorrer ao Poder Judiciário.

8. Os procedimentos a serem adotados para indicação dos integrantes do Comitê, funcionamento do Comitê de demais regulamentos serão realizados por Decreto do Chefe do Executivo Estadual.

9. Essa indicação será regulamentada no prazo máximo de sessenta dias.

10. A presente indicação entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação atende à recomendação da CCJ que se manifestou contrária a projeto de lei com o mesmo teor por entender que haveria vício de iniciativa.

É pelas razões a seguir expostas que fazemos a presente indicação.

São muitos os conflitos decorrentes da interpretação e aplicação dos editais de concursos realizados pelo Estado do Paraná.

A vida recursal administrativa é ineficiente e preponderantemente não adota a solução mais adequada e justa, fazendo com que muitos candidatos tenham que recorrer ao Judiciário, acumulando ainda mais processos nas varas e tribunais.

O Comitê que está sendo proposto, funcionará como uma Câmara de Conciliação e Arbitragem onde os recursos serão analisados e julgados.

Esta esfera administrativa não exclui o direito de ir ao Judiciário, mas certamente reduzirá em muito os processos judiciais.

Esta é a intenção do Comitê proposto.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1575

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para a Mensagem nº 035/06, Projeto de Lei nº 260/06, de autoria do Poder Executivo, que solicita a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 3.283.100,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1573

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 281/06, de autoria do Deputado Natálio Stica, por tratar-se de matéria similar ao Projeto de Lei nº 169/06, de autoria do Poder Executivo, que foi aprovado pelo Plenário da Casa e enviado ao Sr. Governador para sanção.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1574

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 321/06, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Cecília, com sede e foro no município de Paranaíba.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 018/06, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para que o Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 21 do mês corrente, seja utilizado pela professora Maria Inez Almeida, Presidente do Sindiprol - Sindicato dos Professores de Londrina, e pelo Sr. Evaristo Colmman, Presidente da Aduel - Associação de Docentes da UEL, por um período de trinta minutos, com o intuito de debater o fortalecimento do ensino superior público do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1594

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, a utilização do Grande Expediente no dia 27 de junho de 2006, à moção de apoio à criação do Conselho Federal de Secretariado.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1560

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Baldo, pelo falecimento do Sr. Antonio Henrique Baldo, ocorrido no dia 18 de junho do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à família Baldo, através de correspondência a ser encami-

nhada à Rua João Strapasson Sobrinho, 540 - Santa Gema - Colombo-PR, CEP: 83.415-240.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Izidoro Camilo Foletto, ex-Vice-Prefeito do município de Santa Isabel do Ivaí, ocorrido no último dia 10 do corrente.

Que da decisão da Casa se dê ciência à família com o envio de cópia do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Izidoro Foletto residia há mais de meio século na cidade de Santa Isabel do Ivaí. Foi exemplo de humanitarismo, altruísmo e abnegação. Não existe obra social ou comunitária naquele município, que não tenha recebido a ajuda do pranteado.

O meu colaborador, o jornalista Parreiras Rodrigues escreveu "Até o céu chorou", um texto que resume o sentimento de pesar da gente isabelense, pela perda de um dos seus mais atuantes e vibrantes cidadãos.

Requeiro a transcrição dessa mensagem para anexá-la ao documento a ser registrado nos Anais desta nossa Casa, para conhecimento da família enlutada e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da Comarca de Santa Isabel do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 1569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, à família do Prefeito municipal de Assaí, pelo falecimento de sua mãe, Sra. Maria Alídia Cescato Bomtempo, ocorrido na semana passada.

A Sra. Maria Lúcia tinha 75 anos, deixa três filhos, netos e demais familiares.

As condolências deste Parlamento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1566

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao empresário maringaense, Sr. João Noma, que receberá, em 18 de agosto de 2006, a Ordem do Mérito Industrial da Confederação Nacional da Indústria - CNI.

Homenageamos esse empresário maringaense, haja vista as dificuldades que o setor produtivo vem enfrentando e a despeito de tudo, não desistem de impulsionar o desenvolvimento deste país e de seu povo.

O que efetivamente marca a vida da comunidade é a atividade positiva e empreendedora, motivo pelo qual esta Assembléia Legislativa não se furta de dedicar espaço a homens da qualidade de João Noma.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1578

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Tenente Coronel Luiz Carlos de Carvalho, extensivo a todos os pares da Diretoria, ao Corpo Docente da Escola de Guarda Mirins Tenente Antônio João, do município de Ponta Grossa, pela brilhante iniciativa de divulgar os versos introdutórios ao Hino Nacional Brasileiro, parte integrante ao Projeto Iniciativa.

Requeremos, também, que a decisão do presente seja comunicada ao Tenente Coronel Luiz Carlos de Carvalho.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Guardas Mirins Tenente Antônio João, unidade pioneira do Instituto Educacional Duque de Caxias de Ponta Grossa, vem, por mais de quarenta anos, forjando o caráter de seu assistido, visando vê-lo exercer em igualdades de condições, seu sagrado direito de conviver numa sociedade, conforme determina nossa Constituição Brasileira.

Através do Coral Melvin Jones, aquela instituição de promoção social e humana, vem desenvolvendo momentos cívicos, em abertura de solenidades oficiais naquele município, apresentando o Projeto Cidadania, exercitá-la é dever de todos! - onde divulga-se o Hino Nacional Brasileiro, acrescido da letra de sua introdução, de autoria de Américo de Moura.

Além de resgatar os versos introdutórios que eram cantados pelas escolas em meados do século passado, o Projeto Cidadania, tão bem fundamentado, vem despertar a juventude brasileira para uma consciência cívica, além de expressar o patriotismo acima de tudo, em serviço desinteressado e constante ao povo e ao solo onde nascemos, bem como, busca-se conter os limites de intolerância, tão comuns na juventude atual.

Ademais, é imperioso reconhecer que esses versos introdutórios têm sido constantemente divulgados em apresentações oficiais aqui na Capital do Estado, já de conhecimento desta Casa de Leis, tão bem apresentados pela solista Marize Farias e Banda da Polícia Militar do Paraná.

O Projeto de Guarda Mirim de Ponta Grossa tem registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente daquela cidade, que deliberou através de resolução a sua divulgação.

Num rápido momento reflexivo, reconheçamos, que cantados por crianças carentes, característica da clientela absorvida pela entidade retro mencionada, os versos introdutórios de Américo de Moura que inicia ESPERA O BRASIL QUE TODOS CUMPRAIS COM O VOSSO DEVER, tem tudo a ver com a crise política, ética, moral e social porque passa a Nação brasileira, tão distorcida em seus valores.

Oportuno ressaltar, que o LÁBARO ERGUEI DO BELO BRASIL, que consta nesses versos, sejam erguidos constantemente e não somente agora, durante a Copa do Mundo, quando mobiliza-se todo o povo brasileiro na conquista do hexa Campeonato Mundial de Futebol.

Que essa iniciativa da Guarda Mirim de Ponta Grossa, hoje merecedora de uma moção de aplauso, amanhã, seja transformada em lei, para que voltemos a ter, com os símbolos de nossa Pátria, o respeito de todas as gerações.

Por essas razões, julgamos que a presente proposição merecerá o consenso dos Srs. Deputados desta nobre Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 1589

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao valeroso Diretor do Museu Época, da Ponta Grossa, Aristides Spósito, pela realização da Campanha do Agasalho e Alimentos em sua 8ª edição, com apoio do Colégio SPAM e O Boticário.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Museu Época, tradicionalmente realiza a Campanha do Agasalho e Alimentos, com o objetivo de amenizar o sofrimento daqueles que tanto necessitam, neste inverno que se aproxima.

Este ano conta com o apoio do Colégio SPAM e O Boticário, tendo como argumento principal esta bela mensagem de fé: Pai não esqueça de mim na oração que nos ensinou. Tudo que for arrecadado será revertido em benefício de creches e famílias necessitadas.

Nossas congratulações por mais esta obra meritória de Aristides Spósito!

Seja este requerimento enviado ao Sr. Aristides Spósito, Praça Roosevelt, 56 - Ponta Grossa/PR - CEP 84001-970.

REQUERIMENTO Nº 1562

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Santa Isabel do Ivaí, pelo transcurso, no próximo dia 02 de julho, de seus 54 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Clemente Aparecido de Souza, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. José do Carmo Lavagnoli, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A passagem dos 54 anos de fundação do município de Santa Isabel do Ivaí, temos certeza, será comemorado festivamente por toda a população, no próximo dia 02 de julho, ocasião em que estarão festejando também, o dia da Padroeira Santa Isabel.

Queremos, neste momento de festa e alegria, parabenizar a comunidade santa-isabelense que merece todo o nosso respeito e admiração.

O crescimento do município é o resultado da junção do trabalho de várias gestões administrativas, da determinação e do espírito empreendedor do seu povo.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à comunidade do município de Santa Isabel do Ivaí, é que o Prefeito e os Vereadores dão o máximo de seus esforços para a realização dos objetivos propostos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens que serão prestadas a todos, no transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 1563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao empresário, Sr. Francisco Simeão Rodrigues Neto, pelo recebimento da Medalha e certificado de Mérito Industrial, no dia 14 de junho, em Sessão Solene da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) comemorativa ao Dia da Indústria.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em Sessão Solene comemorativa do Dia da Indústria, foi homenageado nosso amigo Francisco Simeão Rodrigues Neto, a cuja cerimônia pedimos escusas pelo não comparecimento em razão de compromissos partidários assumidos anteriormente, para a mesma data.

Francisco Simeão, homem de classe, possuidor de raros dotes de combatividade, reuniu os sufrágios dos

companheiros que, num momento sem precedentes foi elevado ao posto com a conquista da Medalha de Mérito Industrial, concedida pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, cuja distinção recebeu em nome da BS Colway Pneus e da ABI (Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados).

Representa isto, sem dúvida, um reconhecimento pelo esforço tenaz e inteligente que tem desenvolvido em favor do grupo a que pertence.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens que serão prestadas ao Sr. Francisco Simeão Rodrigues Neto, com votos de que o sucesso o acompanhe sempre.

REQUERIMENTO Nº 1581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. Joel Malucelli, pelo recebimento do Prêmio Aecic da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão da casa seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A indústria tem sido em todas as épocas o propulsor da civilização. Se recuarmos às eras mais remotas, veremos que foi através da indústria que os povos entraram em contato uns com os outros, beneficiando-se reciprocamente com esse intercâmbio, tanto na permuta de riquezas, como na difusão de conhecimentos úteis.

Se considerarmos os fenícios, para só fixarmos esse exemplo, veremos que se eles foram o povo de indústrias, por excelência, dos velhos tempos, foram também os plantadores de civilizações. A bacia do Mediterrâneo aí está para atestar a asserção.

Levavam no bojo de seus barcos não só os produtos de sua indústria incipiente, mas ainda, o fruto das elucubrações de seu espírito. Foi assim que eles legaram ao mundo o seu mais belo instrumento de comunicação: o alfabeto. A indústria exerce no organismo de um povo a função de distribuidor dos bens. É realmente através da indústria que a agricultura e o comércio podem chegar ao consumidor.

Poder-se-ia, então, conceber um povo sem indústria? Muito ao contrário, a civilização e o adiantamento de um povo avaliam-se pela intensidade de seu comércio, vale dizer, pela extensão da rede distribuidora de sua riqueza. Um povo com uma indústria desenvolvida, está a atestar a pujança e a riqueza de suas indústrias, sejam elas extrativas, agrícolas ou manufaturadas.

É pois, com imensa satisfação que vemos o Dr. Joel Malucelli receber o grande Prêmio Personalidade Aecic.

Está pois, de parabéns esta terra paranaense.

De parabéns estão todos aqueles que contribuíram com seu trabalho e votos, como das lideranças empresariais e da política, figuras do esporte, dirigentes de entidades dos mais diversos setores, familiares e amigos do homenageado, entre eles este Parlamentar.

Esse prêmio é um reconhecimento da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba, ao incansável empresário Dr. Joel Malucelli.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputados, congratula-se efusivamente com o Dr. Joel Malucelli.

REQUERIMENTO Nº 1582

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações à artista plástica Maria Ângela Tassi Simões Teixeira, pela criação do Movimento Paranaense de Arte e Cultura - Mopac, como também a todos os membros da Diretoria.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Paranaense de Arte e Cultura - Mopac - criado e presidido por Maria Ângelo Tassi Simões Teixeira, tem por objetivo promover, projetar e movimentar a arte e a cultura paranaense juntamente com seus artistas.

O desenvolvimento deste projeto objetiva o engajamento dos artistas ao movimento de responsabilidade social, demonstrando que não estão insensíveis aos problemas sociais, que tanto afligem a nossa sociedade.

Comprova-se que por meio do ensino da arte minimiza-se diferenças sociais e carências, levando-os ao crescimento cultural. Propõe ainda atenção e conforto aos idosos, doentes, órfãos e necessitados.

Mopac - entidade sem fins lucrativos, sem vínculos com associações, empresas, mas, aberta para parcerias.

Diretoria:

Presidente: Maria Ângela Tassi Simões Teixeira.

1ª Vice-Presidente: Denise Castellano.

2ª Vice-Presidente: Mario De Mari.

1ª Secretária: Do Carmo Fortes.

2ª Secretária: Cyroba Ritzman.

1ª Tesoureira: Doralice Zaneti de Oliveria.

2ª Tesoureira: Iolanda da Silva.

Diretora e Consultora de Responsabilidade Social: Maria Helena De Mari.

Vice-Diretora: Maria Lúcia Zornig.

Relações Públicas: Lineu Borges de Macedo.

Comunicação: Constância Nery e Cássio Mello.

Conselho Deliberativo: Ari Dergint, Belmiro Castor, Janete Fernandes, Juril Carnasciali, Marisa Saraiva, Nely Almeida, Rosa Bruinjé, Túlio Vargas.

Extensões em vários cidades do interior do Paraná, também São Paulo, Rio de Janeiro, etc...

Como responsáveis:

Maria Inês Borges da Silveira - Lapa e Pato Branco.

Terezinha Bettenga Parodi: Foz do Iguaçu.

Wanda Grade: Londrina.

Louvar nossos artistas é lembrar aquilo que somos, e sonhar aquilo que poderemos ser, enquanto povo civilizado!

Nossas congratulações a Maria Ângela Tassi Simões Teixeira e a toda diretoria do Mopac - Movimento Paranaense de Arte e Cultura.

Seja este requerimento encaminhado a todos os artistas nominados, à Rua Reynaldino S. de Quadros, 190 - ap. 1301 CEP 80050-000.

REQUERIMENTO Nº 1585

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações ao Colégio Sion, tradicional e renomada instituição de ensino, que há cem anos dedica-se à formação de crianças e jovens, sempre alicerçados no amor providente e em sólidos princípios cristãos, éticos e morais, transformando-os em cidadãos responsáveis e críticos.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Neste 2006 o Colégio Sion completa cem anos, instituição de origem francesa e faz parte de uma rede de ensino presente não só em outras capitais, mas em outros três continentes.

A história do colégio na capital paranaense começou em 1906, quando foi fundado por um grupo de religiosas da Congregação Nossa Senhora de Sion, vindo do Rio de Janeiro, Estado onde a Ordem já estava estabelecida desde 1888.

Em Curitiba a instituição de ensino inicialmente se estabelece ao lado da Catedral Metropolitana, enquanto uma outra instalação era construída na esquina das ruas XV de Novembro e Conselheiro Laurindo.

O tradicional Colégio Sion, fundado com o nome de Colégio dos Santos Anjos, depois Notre Dame de Sion, na praça Santos Andrade, mesmo endereço onde mais tarde funcionou o Colégio Santa Maria, dos Irmãos Maristas. Houve duas fundações do Sion na capital do Paraná. A primeira em 1906, a outra em 1938. As primeiras freiras deixaram o Paraná na epidemia de gripe espanhola de 1917.

O Colégio, de elite, é famoso pelo pioneirismo no uso do método pedagógico revolucionário da educadora italiana Maria Montessori. O método Montessori-Lubienska induz à disciplina sem perda da liberdade, desenvolvendo a capacidade intelectual, o exercício da reflexão e o julgamento crítico.

Atende jovens desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

A sede atual, no coração do Batel, entre as ruas Vicente Machado e Dom Pedro, já foi endereço do Automóvel Clube do Paraná. O Sion tem ainda um outro colégio na Solitude, antigo mosteiro na periferia da cidade, local de orações da venerada Mére Belém, hoje completamente envolto pela malha urbana.

A irmã Maria Cristina - ou Souer Cristina - educada na infância pelas irmãs de Sion, em Petrópolis, assumiu a direção do colégio no começo da década de 1960 e permanece como diretora da Instituição até hoje.

Sob sua administração, em 1964 o colégio - que até então atendia somente meninas - abriu suas portas para alunos de ambos os sexos e adotou uniformes mais práticos.

São cem anos de atuação na educação.

Cem anos disseminando conhecimento e cultura, elevando corações e mentes, cultivando valores humanos e cristãos, dignificando pessoas, construindo cidadania.

Cem anos de sintonia e parceria com a Igreja e com toda comunidade curitibana e paranaense.

Cem anos de relevantes serviços à comunidade, oferecendo o mais alto nível de educação a crianças, adolescentes e jovens que hoje são e futuramente serão cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, capacitados a contribuir para o progresso e bem-estar da comunidade.

Seja este voto encaminhado ao Colégio Sion, extensivo a todas as Irmãs da Congregação da Nossa Senhora de Sion, a todo corpo docente, discente, técnicos e funcionários, na pessoa da irmã Maria Cristina, Al. Pres. Taunay, 260 - CEP 80420-180.

REQUERIMENTO Nº 1587

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações ao Prefeito de Campo Mourão, Nelson Tureck e à Secretária da Cultura, Maria de Lourdes Maia Polizer, pelo desenvolvimento do projeto A Cultura Vai aos Bairros.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Responsável pelo fomento, produção e consumo dos bens culturais, a Fundacam presta grande serviço à comunidade mourãoense e regional, e é única no interior do Estado a ter um Núcleo Experimental Operístico e Corpo Municipal de Baile. Para fomentar manifestações artístico-culturais do município, foi implantada em 1997 a Lei Municipal de Incentivo à Cultura nas modalidades, Mecenato e Fepac - Fundo Especial de Promoção das Atividades Culturais. Os trabalhos da Fundação Cultural são acompanhados e aprovados pelo Conselho Municipal de Cultura e suas metas e prioridades, estabelecidas anualmente pelo Simpósio Municipal de Cultura, com a participação expressiva de representantes dos segmentos culturais e comunidade interessada.

O desenvolvimento do projeto A Cultura Vai aos Bairros, objetiva;

Ofertar à população dos bairros, distrito e comunidades da zona rural, a possibilidade da inclusão Produção Cultural em todos os bairros e zona rural, nas diferentes modalidades da cultura.

Promover o intercâmbio do conhecimento e experiências entre as diversas áreas da produção cultural.

Fomentar o surgimento de novos talentos culturais e conseqüente aprimoramento dos já existentes.

Atingir de forma democrática e plural, o maior número de pessoas nas diferentes regiões culturais.

Nossas felicitações pela elaboração e execução do projeto cultural e de expressiva inclusão social, A Cultura vai ao Bairros, visando a democratização e acesso dos bens culturais entre as comunidades periféricas.

Seja este requerimento enviado às autoridades nominadas, Rua Brasil, 1487 - CEP 87301-140, Campo Mourão-PR.

REQUERIMENTO Nº 1588

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações ao Coral São Pio X, pela apresentação, no Auditório do Museu Oscar Niemeyer, no último dia 3, do Concerto Comemorativo ao 70º Aniversário de Fundação da Escola de Cantores São Pio X, na pessoa do Maestro Jorge Caron, do Presidente Ori Stoco, toda Diretoria e de todos os integrantes do coro.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Cantores São Pio X foi fundada no dia 02 de junho de 1936, com o nome inicial de Schola Cantorum Pius X (Decimus), na sede da Congregação Mariana da Catedral, então localizada na Travessa Júlio de Campos, em Curitiba. Seu primeiro presidente foi o Pe. Ladislau Kula e seu primeiro maestro o professor José Francisco Gomes Ribeiro.

A estréia do Coral, composto por vozes masculinas, ocorreu meses após a fundação na atual Catedral Basílica de Curitiba. Dois anos após a fundação, o Coral passou a ser regido pelo maestro Luiz Eulógio Zilli, que permaneceu à frente do grupo por mais de trinta anos.

Nesse período o Coral notabilizou-se pelos sucessos alcançados em suas exposições, não só em Curitiba, mas também em diversas cidades do Paraná, como Ponta Grossa, Irati, Paranaguá, Morretes, Guaratuba, Bocaiúva do Sul, Lapa, Campo Largo, Contenda, Quitandinha, Rio Negro e Mariental. Seu prestígio ultrapassou os limites paranaenses, tendo o coral se apresentado também nas cidades de Joinville, Mafra, São Bento do Sul, Barra Velha, Itupava e Itaiópolis, no Estado de Santa Catarina.

Com o desuso da língua latina, o nome original de Schola Cantorum Pius X passou para Escola de Cantores

Pio X e, posteriormente, com a canonização do Papa Pio X, para o nome atual de Escola de Cantores São Pio X. É pessoa jurídica de direito privado, devidamente legalizada e considerada de utilidade pública pelas esferas estadual e municipal, através de legislação pertinente.

Em 1952, por iniciativa do então Governador do Estado Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, o maestro Zilli organizou a Associação Orfeônica de Curitiba. Vozes femininas juntaram-se aos coralistas da Escola de Cantores São Pio X. Assim foi formado o coro dos festejos do Centenário de Emancipação Política do Paraná. Nesse período foram realizados dezenas de concertos, a maioria deles no salão nobre do Clube Concórdia, com o patrocínio da Scabi - Sociedade Cultural e Artística Brasília Itiberê. O maior privilégio ainda foi ser o primeiro Coral a se apresentar no Grande Auditório do Teatro Guaíra, em vésperas de sua inauguração.

Outros maestros estiveram à frente do Coral São Pio X. Além dos já mencionados, vale registrar os nomes de Rodrigo Hermann, Júlio Tonini, João Tizot Pentead, Antônio Guilherme Weihermann, Aldo Ademar Hasse, João Adriano Branco e Jorge Caron, maestro atual.

No período de 1988 até meados de 2000, sob a batuta do maestro Aldo Ademar Hasse, o coral apresentou-se em diversos festivais e concertos em Curitiba, Guaratuba, Cascavel, Porto União, União da Vitória e Joaçaba, através da Liga Artística do Alto Uruguai. Participou também da gravação do Hino Nacional Brasileiro, Hino do Paraná e do Hino do Município de Ampére/PR.

Outros fatos importantes da década de 90 foram a gravação de um CD com músicas natalinas. Em parceria com o Grupo Vientosur, apresentou um concerto no Sesc da Esquina, contendo, além de diversas músicas ítalo-brasileiras, a Missa Creola, de Ariel Ramirez.

Em 02 de junho de 1996, realizou um grande evento na Ópera de Arame, o Festival Internacional de Corais, por ocasião dos 60 anos de fundação da Escola. Nesse mesmo mês, juntamente com o CCI - Centro de Cultura Italiana, participou de eventos italianos em diversos locais de Curitiba, culminando com o grande baile italiano na Sociedade Morgenau, com escolha da Rainha Italiana do Paraná e Santa Catarina.

Em 1997, motivado pelo grande prestígio do coral, o então Presidente José Aventino Martendal foi eleito Presidente da Confederação Brasileira de Canto Coral, em Recife, não podendo assumir o cargo devido ao seu falecimento em acidente automobilístico, em 26 de julho de 1997, em Cascavel-PR.

Em dezembro de 1999 o coral apresentou concertos natalinos na TIM Telepar e no Colégio Positivo a convite da Fecap. Também participou do Grande Coral 2000 Vozes - Concerto Natalino - no Parque Barigüi e Rua XV de Novembro pela Fundação Cultural, sob a coordenação do Vereador José Gorski.

A partir de agosto de 2001, com o maestro Jorge Caron, o coral continuou participando anualmente do encontro de corais natalinos em Santa Felicidade, como

também de missas em várias igrejas, além de diversas apresentações culturais e sociais. Participou em 2002 da gravação de um CD durante o 3º Festival Santa Maria da Vitória, no Bairro Sítio Cercado.

A Escola de Cantores São Pio X é uma sociedade com fins artísticos e culturais, beneficente e sem fins lucrativos e mantenedora do Coral São Pio X. Com a proximidade da comemoração dos 70 anos de fundação em 02 de junho de 2006, o Coral São Pio X dedicou-se em aprimorar seu repertório a fim de registrá-lo em DVD comemorativo.

A Escola de Cantores São Pio X conta atualmente com cinquenta sócios ativos e possui sede própria, localizada à Rua Fernando Moreira, 234, Centro, em Curitiba.

O Coral São Pio X, com trinta integrantes, reúne-se todas as quintas-feiras, das 19h30min às 22h para os ensaios e se encontra apto para apresentar-se em festivais, apresentações sacras, culturais e artísticas, casamentos, aniversários, bodas e qualquer tipo de evento festivo.

Integrantes do Coral São Pio X

Sopranos	Tenores
Alcionê Nóbrega Rolanski	Airton Rocion
Egeni Tomé	Devaldo Pinheiro Oliveira
Irani Ribeiro Herrera	Jorge Ângelo dos Santos
Ivonete Luiz da Silveira Euzébio	Leandro Sanches
Kátia da Piedade Santos	Luiz Honório Lise
Lair Andretta Rebello	Marcos Vinicius Kuhn
Laurita Stoco	Mariel Mendes de Oliveira
Nair Passos Pusyna	Ori Stoco
Rejane Ramos de Oliveira	
Contraltos	Baixos
Alcides João Sganzerla	Antonio Anestor Lise
Cléia Weigert	Vanderlei Salvador dos Santos
Joanna Ferreira de Souza	
Maria Inês Azzolin Stoco	
Marlene Delfrate	
Nelva Maria Z. Sganzerla	
Selma Lorena Rocion	
Walneide da Silva	
Presidente	Presidente de Honra
Ori Stoco	Jarci Alves da Silva

Seja este requerimento encaminhado ao Presidente Ori Stoco; à Vice-Presidente Kátia da Piedade Santos; à

Secretária Laurita Stoco; ao Tesoureiro Airton Stanislau Rocion; ao ilustre Maestro Jorge Caron e a todos os artistas nominados - Rua Professor Fernando Moreira, 234, 1º andar - Curitiba/PR.

REQUERIMENTO Nº 1586-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia que officie ao Governador do Estado e ao competente jornalista Marcos Batista, Diretor da Paraná Educativa, a sugestão de produção e gravação pela TV Paraná Educativa de um programa para deficientes auditivos, com o objetivo de ensinar Libras - linguagem para surdos, que seria exibido para toda a extensa e intensa rede de telespectadores nacionais e internacionais da TVE-PR.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Libras, ou Língua Brasileira de Sinais, é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade. Como língua, esta é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental lingüístico de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda de prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua. Foi na década de 60 que as línguas de sinais foram estudadas e analisadas, passando então a ocupar um status de língua. É uma língua viva e autônoma, reconhecida pela lingüística. Pesquisas com filhos surdos de pais é um benefício e esta aquisição contribui para o aprendizado da língua oral como segunda língua para os surdos.

Os estudos em indivíduos surdos demonstram que a Língua de Sinais apresenta uma organização neural semelhante à língua oral, ou seja, que esta se organiza no cérebro da mesma maneira que as línguas faladas. A Língua de Sinais apresenta, por ser uma língua, um período crítico precoce para sua aquisição, considerando-se que a forma de comunicação natural é aquela para a qual o sujeito está mais bem preparado, levando-se em conta a noção de conforto estabelecido diante de qualquer tipo de aquisição na tenra idade.

Há muitos graus de perda auditiva, hoje dizemos que surdos são aqueles que usam a língua de sinais para se comunicar e deficientes auditivos aqueles que com uma prótese podem reconhecer pelo som das palavras.

Quem são os surdos?

São aquelas pessoas que utilizam a comunicação espaço-visual como principal meio de conhecer o mundo em substituição à audição e à fala. A maioria das pessoas surdas no contato com outros surdos, desenvolvem a Língua de Sinais. Já outros, por viverem isolados ou em locais onde não exista uma comunidade surda, apenas se

comunicam por gestos. Existem surdos que por imposição familiar ou opção pessoal preferem utilizar a língua oral (fala).

Vamos oportunizar a todos os deficientes auditivos o acesso ao aprendizado da Libras - Língua Brasileira de Sinais, pelo maior veículo de comunicação de massas, a TV.

REQUERIMENTO Nº 1556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando informações sobre quantos novos leitos de UTI foram credenciados nos anos de 2004, 2005 e 2006 para a região dos Campos Gerais, para atendimento do SUS.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1557

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando informações sobre qual o valor que está sendo repassado mensalmente ao Instituto Sul Paranaense de Oncologia de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção e implantação de um Centro de Saúde Básica de Atendimento Integral à Mulher e à Criança, no município de Esperança Nova, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Esperança Nova, Sr. Valdir Hidalgo Martinez (Esperança Nova /PR - CEP 87545-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Luciano Mardegan Maia (Câmara Municipal - CEP 87545-000).

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município de Esperança Nova possui somente uma Unidade Básica de Saúde com 200m², onde todos os dias são atendidas cerca de oitenta pessoas, praticamente o dobro do que comporta nossa estrutura física, onde são realizados todos os procedimentos básicos coletivos e individuais como consultas, pequenas cirurgias, imunização, pré-natal, consulta puerperal e outros.

Devido ao grande fluxo de procedimento e espaço físico limitado, a população acaba sendo mal atendida por se realizar vários procedimentos no mesmo espaço físico acarretando, assim, filas, causando transtornos aos pacientes.

Seria de grande importância se o Município fosse contemplado com o Centro de Saúde Básica de Atendimento Integral à Mulher e à Criança, reduzindo o fluxo na área já existente e diminuindo transtornos no atendimento.

Por isso, justifica-se a grande importância da construção dessa nova unidade, havendo uma melhor qualidade nas consultas de pré-natal, puerperal, orientação para o parto, amamentação, vacinação, bem como um melhor atendimento à população.

REQUERIMENTO Nº 1559

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção e implantação de um Centro de Saúde Básica de Atendimento Integral à Mulher e à Criança, no município de Perobal, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Perobal, Sr. Antônio Colognesi Sobrinho (Perobal/PR - CEP 87538-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Luiz Carlos Barradas (Câmara Municipal - CEP 87538-000).

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município de Perobal tem aproximadamente 5229 habitantes e tem definido uma política voltada à implantação de programas e ações integrais de promoção, manutenção, recuperação da saúde e de prevenção de doenças, melhorando o atual quadro epidemiológico e a qualidade de vida dos habitantes.

Contudo, ainda percebemos a necessidade de fortalecer um trabalho direcionado à gravidez na adolescência, desnutrição infantil, estimular o parto normal nas gestantes do município, aumentar o índice de preventivos do câncer de colo uterino e prevenção de DST, evidenciando assim a importância de uma Unidade de Saúde para Atenção Integral à Mulher e à Criança, oferecendo um atendimento que tenha como objetivo sanar essas dificuldades e estimular ações preventivas e educativas, valorizando a mulher, elevando sua saúde e auto-estima.

Ressaltamos ainda que a população feminina em idade fértil estimada é de 3273 com 15,2% de gravidez na adolescência. 59,1% dessas mulheres optaram pelo parto cesariano e 6,1% de crianças nasceram com baixo peso.

Para tanto, o município de Perobal vem se empenhando em estruturar, aprimorar e expandir a sua rede de atendimento, priorizando ações preventivas, e mecanismos de participação popular, objetivando o controle

social dos serviços oferecidos, de forma mais democrática e específica.

REQUERIMENTO Nº 1570

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Exma. Sra. Lygia Lumina Pupatto, encaminhando o Ofício Circular nº 1226/06, emitido pela Câmara Municipal de Londrina.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1583

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, SUGERE ao Governador do Estado, ao Prefeito Municipal, ao Secretário de Estado da Saúde e do Secretário Municipal de Saúde, a aquisição da membrana regeneradora Membracel, para que seja utilizada nos equipamentos de saúde pública do Estado e do Município.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O curativo Membracel, totalmente desenvolvido e fabricado com tecnologia brasileira, acaba de chegar ao mercado internacional. A aprovação pelo FDA - Food and Drug Administration - principal órgão do governo americano de regulamentação de novos alimentos e medicamentos permitiu a entrada do produto no mercado americano, além de facilitar a comercialização em países da Europa. Criada pelo cirurgião vascular Júlio Joaquim Pierin Siqueira e pelo professor universitário João Carlos Moreschi, a Membracel é a primeira membrana porosa em todo o mundo que regenera os ferimentos da pele do próprio organismo, diminui imediatamente a dor, acelera o processo cicatricial e permite ao usuário, enquanto ocorre a regeneração tecidual, maior conforto e retorno às atividades em tempo reduzidos.

O principal objetivo dos pesquisadores foi desenvolver um produto que se aproximasse daquele descrito com curativo ideal até então inexistente, mas almejado na área médica. Um curativo que proporcionasse inúmeras vantagens tanto para o paciente como para o médico. Apesar da grande quantidade de características especiais que o curativo ideal deveria reunir para ser considerado como tal fosse uma enorme barreira a ser vencida, a pesquisa foi iniciada. Foi realizado estudo e a seleção de biomateriais compatíveis para a finalidade proposta, seguindo-se do desenvolvimento de técnicas de produção em laboratório do produto selecionado com objetivo, além de dispor de características físicas, químicas e mecânicas que permitissem as melhores condições para a regeneração de lesões da pele pelo próprio organismo. O resultado foi um curativo biológico, constituído de

microfibras de celulose cristalina obtidas por fermentação bacteriana, com textura fina e estrutura uniforme. As membranas possuem porosidade de dimensões controladas para adequá-las às necessidades de uso em função do tipo de lesão, possibilitando trocas gasosas com o ambiente e a remoção espontânea ou estimulada das secreções sem grudar no ferimento. É um produto hipoalérgico, de fácil aplicação, delgado e maleável, que se molda perfeitamente às irregulares superficiais das feridas, dando total proteção à lesão.

As membranas criam condições de auto-regeneração do tecido pelo próprio organismo acelerando o processo de cicatrização, além de serem economicamente viáveis a uma grande faixa da população. Nosso orgulho e nosso respeito aos médicos paranaenses, o cirurgião vascular Júlio Joaquim Pierin Siqueira e professor universitário João Carlos Moreschi, criadores da Membracel.

Seja este requerimento encaminhado ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier - Rua Piquiri, 170 - Curitiba/PR, CEP: 80.230-140; Prefeito Carlos Alberto Richa - Av. Cândido de Abreu, 817 - CEP: 80.530-908, ao Secretário Municipal da Saúde - Dr. Luciano Dulcei, Av. João Gualberto, nº 623 - CEP: 80.030-000 e também ao Dr. Júlio Siqueira e Dr. João Carlos Moreschi, Rua Marechal Deodoro, 869 - conj. 1104 - Curitiba-PR.

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a firmar acordo de cooperação com o Instituto Borges da Silveira, para implantar cursos pré-vestibulares gratuitos, pelo método de ensino à distância de distribuição via satélite, em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º Pelo acordo a ser firmado, a participação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se limitará à impressão das apostilas, cuja matriz será fornecida pelo Instituto Borges da Silveira através de mídia eletrônica (compact disc).

§ 1º A Assembléia disporá de uma sala no local onde funciona a Escola do Legislativo para que seja ministrado o curso que trata o artigo 1º.

§ 2º As apostilas impressas serão destinadas àqueles que se inscreverem no referido curso e que tenham cursado ou estejam cursando o último ano do segundo grau oriundos exclusivamente de escolas públicas.

Art. 3º Serão de responsabilidade do Instituto Borges da Silveira a instalação, através de convênios a serem firmados com cada município, das demais dependências não previstas no parágrafo único do artigo anterior, capa-

citadas fisicamente para receber e acomodar os alunos, bem como prover tais salas dos requisitos tecnológicos necessários para as atividades previstas no artigo 1º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2007.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(aa) HERMAS EURIDES BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus membros, legítimos representantes do povo paranaense, não está alheia aos problemas educacionais que enfrenta o estudante quando da oportunidade de ingressar em curso de ensino superior.

As instituições particulares de ensino, quer sejam de curso superior, quer sejam as preparatórias para o ingresso nesses cursos, acabam por sendo vedadas às camadas da população de baixo poder aquisitivo.

Resta aos estudantes a tentativa de concorrer às vagas de instituições públicas, que são oferecidas gratuitamente, cujo ingresso se torna difícil em virtude de falta de preparo em curso especializados. Tais cursos, também particulares, são inacessíveis para a maioria da população, o que cria um paradoxo: por falta de condições econômicas não podem cursar instituições particulares de ensino superior. Não prosseguem seus estudos superiores porque não conseguem ser aprovados no vestibular de instituições públicas, que são mais concorridas. E não conseguem ser aprovados porque não têm condições econômicas de se preparar adequadamente em cursos pré-vestibulares.

Portanto, na tentativa de amenizar os problemas acima expostos, a Assembléia Legislativa aproveita o convite oportuno feito pelo Instituto Borges da Silveira, para implantar cursos pré-vestibulares gratuitos em todo o Estado do Paraná.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 333/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Municipais de Ibiporã, com sede e foro no município de Ibiporã, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Municipais de Ibiporã é uma entidade civil sem fins lucrativos, inspirada na

necessidade de promover a valorização e representação de seus associados.

Fundada em 27/08/1977, a entidade tem por finalidade promover o conagraçamento dos componentes do seu quadro social; incentivar, organizar e patrocinar reuniões artísticas, culturais, sociais e desportivas; organizar e ministrar cursos de aperfeiçoamento cultural e profissional aos seus associados; promover e estimular a prática e o desenvolvimento de todos os jogos de salão, exercícios atléticos e desportos amadoristas, entre outras.

Resgatando o objetivo da época de fundação, a atual Diretoria vem organizando atividades de lazer e educacionais, proporcionando a união entre os servidores municipais e melhorando a qualidade de vida dos mesmos.

Há um cronograma de ações permanentes, comemorando os dias: das mães, dos pais, das crianças e dos funcionários públicos, com almoços, jantares, atividades culturais e lúdicas. São realizadas outras oficinas de hidroginástica, natação, e dança de salão. É ministrado também, o curso, Todas as Letras, de alfabetização de adultos, em parceria com CUT, Sindiserv e Secretaria Municipal de Educação.

Visando reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa organização a favor da comunidade, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 334/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Aeroporto, com sede e foro em Irati.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Jardim Aeroporto, CNPJ nº 03.520.273/0001-55, fundada em 02 de maio de 1975, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Irati, neste Estado, tem a finalidade de estudar as condições sociais econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da localidade e região, seus problemas, recursos e aspirações; promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária; representar os moradores do bairro em suas reivindicações junto aos poderes constituídos; promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade; colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas da comunidade, pleiteando as respectivas soluções.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade que se volta para tal classe.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 335/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar - autorizado a doar ao município de Maringá o imóvel de 797,28 m2 quadrados, parte ideal da área constante na fl. 095, do Livro 3-H, de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis - 1º Ofício da Comarca de Maringá, relativo ao Lote 39-D da Matrícula nº 1455.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será específica e exclusivamente utilizado na abertura de via pública de acesso à Creche Municipal Cecily Barros, no município de Maringá.

Art. 3º O município de Maringá não pode dar destinação diversa do previsto nesta lei ao imóvel doado, ficando automaticamente revertido ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de desvio de finalidade de uso, sem direito a indenização por benfeitorias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Em dezembro de 1999, o Conselho de Administração à Fundepar já se posicionara favorável à doação do imóvel de que trata esta lei, para o município de Maringá.

Cabe salientar que a rua de acesso à Creche Municipal Bárbara Cecily Barros já está aberta e ensaiada.

Esta lei tem por objetivo regularizar a situação do imóvel, haja vista que a Prefeitura necessita pavimentar a via pública e não pode utilizar os recursos públicos sem que a situação jurídica do imóvel fique regularizada.

PROJETO DE LEI Nº 336/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A distribuição do Efetivo das Polícias Militar e Civil do Estado do Paraná, será procedida através do critério de número de habitantes em cada município, respeitando o princípio da proporcionalidade.

Art. 2º O princípio da proporcionalidade será o de 1 (um) policial para cada novecentos habitantes, respeitando o critério de proporção entre o policial militar e o civil.

Art. 3º A divisão dos equipamentos e viaturas, também respeitará um critério de proporcionalidade pré estabelecido pelo Comando da Polícia Militar e pelo Delegado-Chefe da Polícia Civil.

Art. 4º Os critérios a que se referem os artigos anteriores, serão regulamentados por Decreto Governamental, à exceção da proporcionalidade já estabelecida no artigo 2º.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná sente uma das maiores necessidades de atendimento das polícias Militar e Civil, para atender às necessidades de segurança da população, devido à carência dos municípios, principalmente os que não têm uma representatividade política.

Os municípios de menor porte são os que mais sofrem a falta desse policiamento, do seu equipamento e de viaturas. As viaturas normalmente além de não serem suficientes, são antigas e não oferecem a menor condição para um policiamento efetivo. Nem o policiamento de prevenção e muito menos o de perseguição, pelo estado precário das viaturas.

Para exemplificar, citamos o município de Lupionópolis que possui uma velha Toyota, que está com o motor totalmente danificado e, sequer encontram peças de reposição para o seu funcionamento. Outros tantos municípios estão nas mesmas condições de Lupionópolis, tanto em termos de viaturas como de efetivos das polícias militar e civil.

Em contrapartida, alguns municípios de maior porte possuem um número asseverado de viaturas e efetivo policial. Outros de porte médio, também possuem mais efetivos e mais viaturas. Por essa razão, existe a necessidade de se rever a distribuição dos efetivos Militar e Civil, bem como, a distribuição das viaturas de ambas as polícias, para que haja um atendimento mais racional para a população do nosso Estado.

Desta maneira conto com o apoio dos demais colegas Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 337/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam regidos por esta lei todos os estabelecimentos comerciais instalados no Estado do Paraná que

ofertam a locação de uso e acesso a programas e jogos de computador, interligados em rede local ou conectados à rede mundial de computadores (internet), as chamadas lan house e seus correlatos.

Art. 2º Os estabelecimentos especificados no artigo anterior devem, para o zelo e proteção à saúde da criança e do adolescente, bem como dos demais consumidores, obedecer as seguintes normas:

I - o acesso de menores de 18 (dezoito) anos após às 22h (vinte e duas horas) somente será permitido com autorização escrita dos pais ou responsável que deverá indicar o horário de sua permanência;

II - a venda e o consumo de cigarros e congêneres é proibida;

III - a venda e o consumo de bebidas alcoólicas é proibida;

IV - a iluminação do local deve ser adequada e instalada de forma a não prejudicar a acuidade visual dos usuários, conforme normas estabelecidas por órgãos competentes;

V - o volume dos equipamentos utilizados deve ser programado de forma a se adequar às características peculiares e em desenvolvimento da audição dos consumidores;

VII - a lista de todo os serviços e jogos colocados à disposição do consumidor deve ficar exposta em local visível e conter um breve relato sobre as características de cada um deles, bem como respectiva classificação etária.

§ 1º O modelo da autorização referida no inciso I deverá ser emitido pelo estabelecimento e nele ficar arquivado para fins de fiscalização.

§ 2º O estabelecimento deverá manter um cadastro dos menores de 18 anos que freqüentam o local, com os seguintes dados:

I - nome do usuário;

II - data de nascimento;

III - filiação;

IV - endereço;

V - telefone;

VI - carteira de identidade.

Art. 3º Os estabelecimentos mencionados no artigo 1º desta lei ficarão obrigados a tomar as medidas necessárias a fim de impedir que o menor de idade utilize continuamente e ininterruptamente os equipamentos por um período superior a três horas, devendo haver um intervalo de 30 (trinta) minutos entre os períodos de uso.

Parágrafo único. Deverá ser fixado, em local visível, aviso informando sobre o limite de horas, bem como o tempo de intervalo entre os períodos de uso, e acordo com o *caput* deste artigo.

Art. 4º A utilização de jogos que envolvam prêmios fica terminantemente proibida.

Art. 5º O não cumprimento dos dispositivos desta lei implicará em sanção determinada pelo órgão competente, sem prejuízo da responsabilidade do proprietário e demais agentes do estabelecimento, em virtude da infração ao disposto nos artigos 5º, 17, 18 e 258, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela busca, assim como outros Estados do país, tratar de uma questão cada vez mais pungente em nossa sociedade: a saúde da população frente aos avanços tecnológicos. O projeto visa regulamentar as chamadas Lan House, principalmente sob o viés da proteção da criança e do adolescente, dando especial atenção à integridade física e psíquica dos usuários desses estabelecimentos.

Levando-se em consideração a competência para promover a defesa dos direitos básicos do consumidor (artigo 24, inciso VIII da Constituição Federal) e proteção à infância e juventude (artigo 24, XV da Constituição Federal) e proteção à saúde (artigo 24, XII da Constituição Federal), promove-se por intermédio desse projeto a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

Apesar das Lan House e dos Cyber Café constituírem em importantes instrumentos de inclusão digital não devem ser combatidos, não se pode fechar os olhos para o prejuízo físico e psíquico que pode afetar seus usuários em geral e, principalmente às crianças e adolescentes, se não houver adequação aos padrões de funcionamento devidamente descritos no bojo desse projeto de lei.

No projeto estão contempladas adequações a problemas que podem ocorrer com o uso inadequado dessa tecnologia. O uso por tempo demasiadamente prolongado pelos menores está descrita uma limitação de tempo de uso, bem como a imposição de intervalos, afim de evitar doenças como LER (Lesões por esforços repetitivos), problemas de visão e de postura, má formação da massa óssea e muscular - principalmente nas crianças - dores nas costas, tendões e pescoço, obesidade, dentre outros. Nesse sentido vem também a questão da iluminação, móveis ergonômicos e sonoridade adequada.

A violência dos jogos eletrônicos também é abordada, sendo obrigatória a afixação da lista de serviços e jogos com a respectiva classificação etária. A exigência de autorização dos pais para que menores freqüentem os estabelecimentos depois das vinte e duas horas reforça o

controle dos pais em horários destinados ao descanso do menor.

Em vista de todas essas questões e da relevância do assunto, peço ao nobres Deputados a aprovação do presente projeto de lei em virtude da infração ao disposto nos artigos 5º, 17, 17 e 258, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

PROJETO DE LEI Nº 338/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao município de Piraí do Sul, do imóvel situado na Rua Julieta Veiga Queiroz, com área total de 10.000m² (dez mil metros quadrados) e matriculado sob nº 2955, fls. 144 do Livro 3E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piraí do Sul.

Art. 2º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes, devendo o imóvel cedido ser usado para abrigar a Casa da Cultura do município de Piraí do Sul.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso, ao município de Piraí do Sul, do imóvel situado na Rua Julieta Veiga Queiroz, devendo o imóvel cedido ser usado para abrigar a Casa da Cultura do município de Piraí do Sul.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 340/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecida a Escola Profissionalizante Antônio Bordignon, sociedade civil sem fins lucrativos, com foro e sede na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, situada à Rua Deputado Benedito Lúcio Machado, nº 75 - Centro - CEP 86430-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.883.535/0001-05, a qualidade de entidade de utilidade pública estadual.

Art. 2º A Escola Profissionalizante Antônio Bordignon, nessa qualidade, poderá gozar de todos os benefícios administrativos e tributários decorrentes dessa qualidade, previstos na legislação estadual.

Art. 3º A Escola Profissionalizante Antônio Bordignon, conservará a qualidade que lhe reconhece esta lei se e enquanto mantiver a prestação gratuita de serviços de atendimento e promoção social às crianças, aos adolescentes e aos seus familiares, que será periodicamente atestado pelo Estado por meio da Provopar.

Parágrafo único. Incumbe à Provopar determinar os critérios e períodos através dos quais procederá à certificação dos serviços de utilidade pública prestados pela Escola Profissionalizante Antônio Bordignon.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Embora a consabida distinção entre os institutos da isenção e da imunidade tributária, ambos constituem limitações ao poder de tributar, estando assim condicionados à verificação dos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, que, na sua parte geral, embora lei ordinária, cumpre função de lei complementar, conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Rec. Esp. 93.255, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 02/06/97, DJU 23/06/97).

É o que assevera Misabel Derzi¹:

A Constituição de 1988, no mesmo caminho traçado pelo texto anterior, dispõe sobre a imunidade das atividades, uma vez “atendidos os requisitos da lei”. A norma não tem, portanto, eficácia plena e incontestável, como a (imunidade) recíproca, mas os seus efeitos dependem do preenchimento dos requisitos previstos em lei complementar.

À luz da Constituição de 1988, não resta dúvida de que somente lei complementar da União pode cumprir os ditames do artigo 150, VI, c, por força do que estabelece o artigo 146, II.

Não se deve sustentar mais a tese de que lei ordinária possa cumprir o papel de regular as imunidades, porque:

- a constituição em vigor é expressa ao exigir a edição de lei complementar no seu artigo 146, supra citado;

- a imunidade não pode ser regulada por lei ordinária de pessoa estatal competente para tributar, uma vez que os interesses arrecadatórios de tais entes levariam à frustração da própria imunidade.

Hoje, o artigo 14 do Código Tributário Nacional, unanimemente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como lei complementar no sentido “material” supre tal função, dispondo sobre os “requisitos” exigidos pela Constituição.

1. Na atualização do livro Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar de Aliomar Balleiro, 7ª Edição, Editora Forense.

Para concluir mais adiante:

Não cabe ao intérprete - e essa tem sido a posição jurisprudencial uniforme - ou ao legislador ordinário criar outros requisitos não-previstos em lei complementar, tais como a declaração legal de utilidade pública, a exigência de fundação como único veículo formal ao desenvolvimento das atividades educacionais e assistenciais etc.

Hugo de Brito Machado¹ compartilha do mesmo entendimento sobre o assunto:

“A imunidade das instituições de educação e de assistência social, todavia, é condicionada. Só existe para aquelas instituições sem fins lucrativos, conceito que também tem sido muito mal compreendido. A lei não pode acrescentar requisitos a serem atendidos. Basta que não tenham fins lucrativos. É razoável, todavia, entender-se que não ter finalidade lucrativa pode traduzir-se no atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Neste mesmo diapasão, Roque Carazza²:

Entendemos que a referida lei só pode ser complementar (nunca ordinária), justamente porque vai regular uma imunidade tributária, que é uma “limitação constitucional ao poder de tributar”. Ora, as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do artigo 146, II, da Constituição Federal, só podem ser reguladas por meio de lei complementar. (...) Muito bem: estamos plenamente convencidos de que faz as vezes de tal lei complementar o artigo 14 do Código Tributário Nacional. (...) Em suma, o artigo 14, I a III, do Código Tributário Nacional dá plena eficácia e total aplicabilidade ao artigo 150, VI, c, da Constituição Federal.

Na mesma esteira, Ives Gandra Martins³ consigna:

... a lei a que fez menção o constituinte é a lei complementar, como já a doutrina e a jurisprudência tinham perfilado no passado, representando o Código Tributário Nacional tal impositor de requisitos. É que, se ao legislador ordinário fosse outorgado o direito de estabelecer condições à imunidade constitucional, poderia inviabilizá-la “pro domo suo”. Por esta razão, a lei complementar, que é a lei nacional e da Federação, é a única capaz de impor limitações, de resto, já plasmadas no artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Também Sacha Calmon Navarro Coelho⁴:

... se a lei ordinária, federal, estadual ou municipal pudesse regular limitação ao poder de tributar da União, dos Estados e dos Municípios, assistiríamos ao

despautério dos entes vedados regularem as limitações postas contra eles. Seria como permitir ao condenado o poder de dosimetrar a própria pena...

Esta Suprema Corte, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-DF, reconheceu que eventual regulamentação das hipóteses imunizantes previstas na Constituição dependem de Lei Complementar, por força da exegese do artigo 146 da mesma Carta. Embora extensa, permite-se transcrever parte da fundamentação esboçada pelo Ministro Marco Aurélio, referendada pelo Plenário:

A toda evidência, adentrou-se o campo da limitação ao poder de tributar e procedeu-se - ao menos é a conclusão neste primeiro exame - sem obseância da norma cogente do inciso II do artigo 146 da Constituição Federal. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

A cláusula que remete à disciplina legal - e, aí, tem-se a conjugação com o disposto no inciso II, do artigo 146 da Carta da República, pouco importa que nela própria não se haja consignado a especificidade do ato normativo - não é idônea a solapar o comando constitucional, sob pena de caminhar-se no sentido de reconhecer a possibilidade de o legislador comum vir a mitigá-lo, a temperá-lo. As exigências estabelecidas em lei não podem implicar verdadeiro conflito com o sentido, revelando pelo costumes, da expressão “entidades beneficentes de assistência social”.

Esta também é orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

RESP. nº 27.261-4/MG

Relator: Ministro Garcia Vieira

In Revista do Superior Tribunal de Justiça nº 48

Ementa:

“Vedação ao Poder de Tributar - Instituição Social - Cumprimento - Requisitos Legais. A imunidade é instituída pela Constituição Federal e tem aplicabilidade imediata, independentemente de regulamentação. A questão se resume em saber se a instituição satisfaz os requisitos do artigo 14 do CTN.”

Na mesma direção segue a corrente jurisprudencial dos tribunais regionais em todo o Brasil:

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Segunda Turma

Apelação em Mandado de Segurança nº 24444

Relator: Juiz Castro Aguiar

Data da decisão: 23/05/2001

Ementa:

“Mandado de Segurança - Imunidade Tributária - Rendimentos Auferidos em Aplicações em Fundos de Investimentos.

I - Para efeito do disposto no artigo 150, VI, “c”, da Constituição considera-se imune a instituição de educação que preste atividades sem fins lucrativos e que se preencha os requisitos da legislação complementar específica (CTN).

II - Apelação provida.

1. Curso de Direito Tributário, 12ª Ed. 197/198

2. in parecer formulado a pedido de Parana Previdência, pág. 14, cópia em anexo.

3. Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol., tomo I, São Paulo, Saraiva, 1990, p. 185

4. Imunidades Tributárias, in Imunidades Tributárias, Pesquisas Tributárias nº 4, coordenador Ives Gandra da Silva Martins, co-edição Centro de Extensão Universitário, São Paulo, RT, 1998, pág. 228.

Tribunal Regional Federal Da 3ª Região
Sexta Turma

Recurso Ex-Ofício nº 97.03.025753-4

Relatora: Juíza Marli Ferreira

Publicação: DJ 17/03/1999, pág. 438.

Ementa:

“Tributário. Constitucional. Imunidade. Instituições Religiosas, de Educação e Assistência Social. Imposto de Importação e IPI. Artigo 9º, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal - Falta de Prova.

1.. omissis...

2.. omissis..

3. A imunidade retira das pessoas políticas de direito interno competência impositiva tributária, em favor de pessoas ou atividades que tenham como finalidade assegurar as liberdades públicas do cidadão, ou atender às razões de existência do próprio estado.

4. Sociedade filosófica-religiosa não tem só por essa razão direito a invocar a imunidade tributária, sem que atenda os artigos 9, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN, assim como o Artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal.

5. Sentença reformada integralmente.

6. Remessa oficial provida.”

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2000.04.01.027274-4/RS

Relator: Juiz Wilson Darós

Publicação: DJ2 nº 215-E, 08/11/2000

Ementa:

“A imunidade só pode ser concedida pela Constituição, sendo exigido, para o estabelecimento dos requisitos à sua concessão, lei complementar, como estatuído no artigo 146 da Carta Política, pois a ela cabe regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (CF, artigo 146, II).

Desta forma, os requisitos estabelecidos para a fruição da imunidade não são aqueles dispostos no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 1991, mas sim no Código Tributário Nacional, artigo 14, porquanto o mesmo possui força de lei complementar.”

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2001.70.08.001839-2/PR.

Relator: Juiz Dirceu de Almeida Soares

Publicação: DJ nº 68, 10/04/2002, pág. 512

Ementa:

“Tributário. Imunidade. Entidade de Caráter Assistencial e Filantrópico, artigo 195, parágrafo 7º da CF/88. Lei Complementar. Artigo 14 do CTN.

1. Embora a expressão isenção contida no parágrafo 7º do artigo 195 da CF/88, o Supremo Tribunal Federal (no julgamento da ADIN nº 2.028-5 de 14.07.1999), reconhece que a hipótese é de imunidade.

2. O artigo 195, parágrafo 7º, da CF/88 ao remeter à lei o estabelecimento das exigências legais para a

concessão da imunidade, referiu-se à lei complementar, visto tratar-se de limitação ao poder de tributar (artigo 146, II, CF).

3. O Código Tributário Nacional, mesmo sendo lei ordinária em sua origem, foi recepcionado como lei complementar, sendo aplicável à espécie.

4. Afastada a aplicação dos artigos 1º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 9.732/98, uma vez que restringem as hipóteses de imunidade estabelecidas pela Constituição.

5. Demonstrados os requisitos do artigo 14 do CTN, a entidade assistencial faz jus ao benefício da imunidade prevista no artigo 195, parágrafo 7º.”

Assim, não há dúvida que, além de ser questão de justiça, o reconhecimento dos benefícios fiscais outorgados à Escola Profissionalizante Antônio Bordignon -, por meio do projeto de lei em foco, seria decorrente até mesmo de sua condição de beneficiar-se da própria imunidade tributária, pois satisfaz os requisitos para reconhecimento, previsto *numerus clausus* no artigo 14 do Código Tributário Nacional a constar:

- Não distribuir lucros (14,I);

- aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (14, II);

- manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (14, III).

No caso, a Escola Profissionalizante Antônio Bordignon, em razão de sua própria natureza jurídica, cumpre estes três requisitos, pois:

a) não distribui lucros ou subsídios de quaisquer espécies, mas reverte o que arrecada apenas para manter-se;

b) por força de lei, todo seu orçamento é utilizado na manutenção dos objetivos institucionais, exclusivamente no território do Estado do Paraná;

c) nos termos da legislação federal e estadual que regem suas atividades, mantém rigoroso registro contábil de suas receitas e despesas.

Assim, a mesma condição de ente de Utilidade Pública Estadual, que tem sido reconhecida a vários entes que preenchem os mesmos requisitos, deve agora ser outorgada à Escola Profissionalizante Antônio Bordignon, que tem por finalidade o fornecimento de cursos gratuitos para a formação de mão-de-obra no setor da construção civil, fornecendo o espaço físico, professores e materiais indispensáveis ao objetivo da mesma, gratuitamente aos alunos credenciados, sendo viabilizado o seu funcionamento por meio do setor privado por pessoas físicas e jurídicas e apoios do setor público e organizações sem fins lucrativos.

PROJETO DE LEI Nº 341/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Pro-
vopar - Ação Social do Município de Paranavaí, com
sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Provopar - Ação Social do Município de Paranaíba, foi fundado em 18 de março de 1992 e desde então vem prestando relevantes serviços sociais ao município.

O desenvolvimento do voluntariado é uma das grandes bandeiras do Provopar de Paranaíba e nessa linha vem colaborando de forma significativa com a Secretaria Municipal de Ação Social que, em conjunto com entidades legalmente constituídas, levar alento às famílias mais necessitadas.

PROJETO DE LEI Nº 342/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar obras em bens públicos municipais visando a criação, aperfeiçoamento ou ampliação de ação governamental referente a serviços públicos essenciais nas áreas de saúde, educação, segurança, cultura, assistência social e infra-estrutura.

Art. 2º A realização das obras dependerá da formalização de convênio a ser firmado entre o Estado e o Município proprietário do bem público, contendo obrigações recíprocas, especialmente para que se utilize o bem para a prestação efetiva do serviço público que motivou o investimento, pelo prazo mínimo de dez anos.

Art. 3º O Município que receberá o investimento estadual deverá responsabilizar-se pela prestação do serviço público no local, disponibilizando recursos humanos e promovendo o custeio da atividade pelo prazo mínimo de dez anos.

Art. 4º A realização das obras e investimentos em bens públicos municipais deverá ser precedida dos relatórios a que alude o artigo 16 e artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao primeiro dia do presente exercício.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(aa) ALEXANDRE CURI
HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de proporcionar a realização de convênios entre os municípios paranaenses e o Governo do Estado para que o Poder Executivo realize obras em bens públicos municipais, visando a criação, aperfeiçoamento ou

ampliação de ação governamental referente a serviços públicos essenciais nas áreas de saúde, educação, segurança, cultura, assistência social e infra-estrutura.

A dificuldade financeira dos municípios do Estado do Paraná é de conhecimento dos nobres Deputados, por isso solicitamos o apoio para a aprovação da proposição em tela que visa trazer condições para a realização de obras que irão beneficiar toda a comunidade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 343/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas que receberem incentivos fiscais de qualquer natureza para implantação ou expansão de atividades no Estado do Paraná deverão cumprir obrigatoriamente as seguintes condições que constarão dos respectivos acordos ou contratos:

a) manutenção do nível de emprego e vedação de demissões consideradas exorbitantes e sem justa motivação;

b) aplicação de até 5% do valor dos incentivos fiscais recebidos em programas voltados à qualificação do trabalhador.

Art. 2º Os empreendimentos já existentes no Estado do Paraná e que tenham recebido benefícios fiscais deverão cumprir o estabelecido no *caput* do artigo 1º e alíneas, através de aditivos aos respectivos contratos ou na forma constante dos acordos estabelecidos para concessão dos incentivos.

Art. 3º O inadimplemento dos requisitos desta lei ensejarão revisão dos contratos, acordos e/ou protocolos que contenham incentivos fiscais ou de outra natureza.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Um inteligente conjunto de decretos, editados a partir de 2003, disciplina de forma clara e abrange a concessão de incentivos e benefícios fiscais por parte do Governo do Estado.

Esses incentivos e benefícios privilegiam tanto as empresas paranaenses, em especial as micros e pequenas, como também aquelas que vierem a se instalar ou expandir suas atividades no Estado do Paraná. A busca da racionalização e da desconcentração industrial faz com que os benefícios sejam maiores nos municípios com menores índices de desenvolvimento econômico e social.

Os principais decretos estimuladores da atividade econômica industrial e comercial são os seguintes:

Decreto 246/2003

Isenta e/ou reduz a carga tributária das microempresas e das empresas de pequeno porte. A tributação

passa a ser vinculada a faturamento, sendo estabelecidas as seguintes alíquotas:

Faturamento anual (R\$)	Alíquota (%)
até 180 mil	zero
de 180 mil até 480 mil	2%
de 480 mil até 1.200 mil	3%
de 1.200 mil até 1.500 mil	4%
acima de 1.500 mil	regime normal

O benefício é por faixa, ou em cascata.

O **Decreto 4222/2005** atualizou monetariamente as faixas de faturamento indicadas no Decreto nº 246/2003, que passaram para os seguintes valores:

Faturamento anual (R\$)	Alíquota (%)
até 216 mil	zero
de 216 mil até 576 mil	2%
de 576 mil até 1.440 mil	3%
de 1.440 mil até 1.800 mil	4%
acima de 1.800 mil	regime normal

Decreto 949/2003

Difere 6 pontos percentuais do ICMS nas operações comerciais dentro do Paraná. A alíquota passou de 18% para 12%, exceto para o consumidor final.

Este decreto aumentou a competitividade das empresas paranaenses, com significativo aumento das vendas entre empresas no Estado.

Decreto 950/2003

Trata do ICMS incidente sobre a importação de bens de capital e de insumos, componentes, peças e partes. Fica dispensado o pagamento do ICMS no momento do desembaraço aduaneiro dos bens. O imposto será lançado em conta gráfica, à razão de uma quarenta e oito avos (1/48) por mês, compensável na forma do regulamento do imposto.

Decreto 1102/2003

Disciplina a transferência de créditos de ICMS acumulados em conta gráfica, em decorrência de operações ou prestação de serviços destinados ao exterior, ou de operações de saída abrangidas por diferimento. Este decreto é de grande utilidade para empresas exportadoras evitarem a formação de grandes estoques de créditos de ICMS.

Decreto 1246/2003

Estabelece alíquota única de 7% para o ICMS incidente sobre diversos materiais da construção civil. O

objetivo é beneficiar o setor da construção, bem como os adquirentes da casa própria, em especial os de baixa renda.

Decreto 1465/2003 - Programa Bom Emprego

Oferece dilação de prazo para o recebimento de parte do ICMS que vier a ser gerado por implantação, reativação ou expansão de estabelecimento industrial. A parte do ICMS, cujo prazo pode ser dilatado, é tanto maior quanto menor for o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município em que se localiza a indústria. Isto porque os objetivos do Programa são a geração de emprego e renda e a descentralização industrial, tudo com respeito ao meio ambiente.

O prazo de pagamento de parte do ICMS é de 48 meses, e a duração do Programa é de 96 meses (8 anos), com as parcelas atualizadas pelo FCA, que é o indexador dos créditos e débitos da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, sem juros.

Decreto 1464/2003 - ICMS da Energia Elétrica

Para as empresa que foram enquadradas no Programa Bom Emprego será concedida, adicionalmente, dilação no prazo de pagamento do ICMS incidente nas faturas de energia elétrica. O prazo concedido é de 24 meses, em programa com duração de 48 meses.

Decreto 2914/2004 - ICMS dos Arranjos Produtivos Locais

O **Decreto 2914/2004** estende os benefícios do Programa Bom Emprego aos Arranjos Produtivos Locais. Para efeito deste decreto, são considerados arranjos produtivos as aglomerações de empresas localizadas em uma mesma micro-região homogênea, desde que apresentem a mesma especialização produtiva e mantenham vínculos de articulação, interação ou cooperação com outros empreendimentos capazes de potencializar a área de negócios predominante. O Estado conta com vários Arranjos Produtivos Locais identificados, em graus variados de integração, os quais certamente terão seus potenciais de negócios ampliados por conta da utilização do Programa Bom Emprego. Deve-se ressaltar o grande predomínio de micro e pequenas empresas na composição da maioria deste arranjos.

O presente projeto de lei, entretanto, visa equacionar algumas situações que já se apresentam no Estado do Paraná, dando instrumentos hábeis ao Governo no sentido de implementar os aspectos sociais do desenvolvimento econômico. É o caso, por exemplo, da Volkswagen que hoje comparece para apreciação da sociedade e que após ter recebido vultoso apoio em 1999 para instalação da fábrica de São José dos Pinhais, pretende reestruturar suas atividades com conseqüente demissão de trabalhadores.

Segundo dados do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba a Volks quer demitir 5.773 trabalhadores de São Bernardo do Campo, Taubaté e São José dos Pinhais (PR) em dois anos. Só no Paraná, seriam eliminados 1.420 dos 4.200 empregos existentes. Neste ano, a previsão é cortar 946 postos de São José dos Pinhais, de um total de 3.016

em três unidades. Ora, no Paraná, a Volkswagen tem desconto nas tarifas de água e energia, incentivos para exportar pelo porto de Paranaguá e diferimento no recolhimento do ICMS até 2015, segundo protocolo assinado com o Governo em 1996.

Pelos dados existentes, cerca de R\$ 700 milhões em impostos deixaram de ser recolhidos desde 99. Acrescente-se o fato de que o terreno cedido à VW para a instalar sua fábrica custou R\$ 6 milhões. O protocolo de intenções, assinado com a montadora em dezembro de 96, cita que os incentivos seriam concedidos *“considerando os benefícios que a instalação dessa fábrica poderá proporcionar para a economia e desenvolvimento social do Estado do Paraná, em decorrência da elevação das ofertas de empregos diretos e indiretos e do aumento de suas receitas e do futuro incremento das exportações.”*

Da mesma forma, e em outros empreendimentos, o Governo do Estado do Paraná teria se comprometido a liberar um numerário através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, criado pela Lei nº 5515/67, com o objetivo de ser aplicado em operações de crédito, financiamento e investimentos; o valor total em questão concedido está vinculado ao montante do faturamento obtido pela empresa nos estabelecimentos com domicílio fiscal naquele Estado. O mesmo tipo de benefício financeiro também foi assegurado para as operações relacionadas à aquisição de equipamentos e ferramentas importadas ou adquiridas no Estado do Paraná, até o limite de um bilhão e quinhentos milhões de dólares norte-americanos (US\$ 1.500.000.000,00).

Os recursos concedidos pelo FDE deram ensejo à celebração de contratos mensais de empréstimos, em que as empresas se obrigariam a restituir os respectivos valores no prazo de 10 anos, sem qualquer aplicação de juros ou correção monetária.

Não obstante os fatos acima descritos, o enfocado Protocolo de Acordo complementar a outorga de outros benefícios tributários, inclusive para os fornecedores industriais da empresa estabelecidos no Estado do Paraná, tais como:

a) desoneração do diferencial de alíquota do ICMS devido pela aquisição de bens de capital e ferramentas em outras unidades da federação;

b) pagamento em conta gráfica do ICMS devido na importação de veículos, peças de reposição, matéria-prima e outros componentes, com desembaraço aduaneiro no Estado do Paraná.

c) diferimento do ICMS devido na aquisição de matérias-primas, peças e componentes importados e/ou adquiridos no Estado do Paraná;

d) utilização de 100% dos créditos de ICMS acumulados pelos estabelecimentos com domicílio fiscal no Estado do Paraná, para pagamento de fornecedores ali estabelecidos, inclusive de energia elétrica, bem como para pagamento do ICMS devido por outros estabelecimentos pertencentes a um mesmo grupo econômico,

como por exemplo do conglomerado Renault instalados no mesmo território.

O Município de São José dos Pinhais, local onde o evento se localizou (no caso da Renault), concedeu isenção pelo prazo de dez anos, do IPTU sobre o terreno e sobre as edificações; do ISS; da Taxa de Localização e Funcionamento e da Contribuição de Melhoria sobre quaisquer serviços prestados pela empresa. Ou seja, as benesses se estendem ao comércio varejista da rede. Não obstante tais fatos, além do terreno de 2,5 milhões de metros quadrados doado pelo Estado e pela Prefeitura, uma área de meio milhão de metros quadrados foi deixada disponível, por dez anos, para futura expansão da fábrica.

Evidente que se trata de uma política de expansão das atividades econômicas no Estado do Paraná, gerando riquezas e empregos. Entretanto, se de um lado a sociedade paranaense tem envidado esforços para sua industrialização e desenvolvimento sócio-econômico, é importante que os empreendimentos se adequem à realidade dos novos tempos e que percorre o mundo moderno: a da responsabilidade ética e social.

Por este e outros argumentos apresento o presente projeto de lei que acredito será acolhido por esta Casa de Leis e pelos grandes homens que dão sustentação ao desenvolvimento humano e social através do trabalho.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 339/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido o artigo 27-A à Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 27-A Serão concedidas gratificações sobre o vencimento inicial da carreira de professor, correspondente ao Nível I, Classe 1, aos professores em exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino, proporcionalmente ao número de alunos regularmente matriculados, sem prejuízo ao inciso III do artigo 27, desta lei, de acordo com as condições especificadas a seguir:

I - gratificação de 10% (dez por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 500 (quinhentos) e até 1.000 (mil) alunos;

II - gratificação de 15% (quinze por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 1.000 (mil) e até 1.500 (mil e quinhentos) alunos;

III - gratificação de 20% (vinte por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 1.500 (mil e quinhentos) e até 2.000 (dois mil) alunos;

IV - gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento

de Ensino com mais de 2.000 (dois mil) e até 2.500 (dois mil e quinhentos) alunos;

VIII - gratificação de 30% (trinta por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 3.000 (três mil) alunos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Por certo, quanto maior o número de alunos em uma Escola, maiores serão as responsabilidades e a carga de trabalho a ser assumida pela sua Direção. Nada mais justo, então, que os professores que assumem tal atividade recebam gratificação gradualmente proporcional à carga de trabalho que exercem. Está é uma reivindicação antiga da classe.

Assim, o presente projeto de lei complementar tem o objetivo de sanar esta deficiência, apresentando solução para que haja maior equilíbrio entre a carga de trabalho e os vencimentos dos diretores de Escolas do Estado do Paraná, e, para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao Pequenos Expediente.

Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Pretendia, na tarde de hoje, usar o Pequeno Expediente mais para fazermos uma reflexão a respeito dos dois projetos, sobre os quais conversamos semana passada, que acredito eu, devemos nomear hoje, as duas comissões que darão o parecer a respeito de duas emendas da Constituição que estão tramitando nesta Casa.

Uma que reduz, conforme já feito pela Congresso Nacional, o recesso de julho e dos dois meses de final de ano. E que acredito que devemos tê-la, (a Comissão) e, votá-la já neste primeiro semestre, em primeira votação; em segunda, no semestre que vem.

A outra, que é de extrema importância para esta Casa, que elimina o voto secreto, nas votações que são feitas aqui nesta Casa. Ambas me parecem que são emendas constitucionais da maior importância, Sr. Presidente. Como V. Exa. já se manifestou, possivelmente faremos um esforço para votarmos ainda neste primeiro semestre, pelo menos em primeira votação. Parece-me que este é de fato o caminho correto e, é o que se espera.

Lamento que o Congresso Nacional ainda não tenha votado, como se comprometeu a fazer, o fim do voto secreto, que é uma exigência de toda a sociedade

brasileira, para que não tenhamos fatos lamentáveis como vimos acontecer recentemente, quando a Comissão de Ética dá um parecer e depois, no voto secreto, comparece o corporativismo.

Mas, infelizmente, mais que comentar esses dois assuntos, quero relatar com pesar o fato ocorrido, Deputada Luciana Rafagnin, na noite de ontem, em Corbélia, próximo a Cascavel, no acampamento do MLST, onde cerca de 350 famílias encontram-se à beira da estrada e, que a líder desse acampamento, a Jocélia de Oliveira, foi brutalmente assassinada com três tiros e sua filha Emanuel de Souza, de cinco anos, também, com um tiro na cabeça. Da mesma forma, Ezequias Soleiras, que estava no mesmo acampamento, sofreu tentativa de assassinato. Não foi morto, mas está no hospital em Cascavel.

É lamentável que os conflitos por terra sejam resolvidos dessa forma. Não há nenhuma evidência, nenhuma sinalização que esses assassinatos foram cometidos por qualquer pessoa vinculada ou ligada à área dos proprietários de terra, absolutamente. Ao contrário, as informações que temos, Deputado Pedro Ivo, é que esse crime foi perpetrado por três pessoas do próprio acampamento.

Mas, obviamente que a Jô era uma liderança; estive com ela há quinze dias. Estivemos inclusive no acampamento, logo depois dos fatos ocorridos no Congresso Nacional, no dia que houve abertura da Jornada de Água e Ecologia em Cascavel; uma pessoa de trinta e três anos e não posso ter outra atitude que não a de repudiar e esperar que tenhamos com a maior rapidez possível, a prisão e obviamente a punição dos responsáveis.

Primeiro porque tiram a vida de uma pessoa que tem a liderança de um movimento dos trabalhadores sem terra, o MST; uma pessoa que há dez anos trabalhava para que pudéssemos ter os assentamentos no Sudoeste do Paraná regularizado e que depois saiu do MST e foi para o MLST. E segundo que, sem nenhuma explicação, não acredito que alguém encontre, para que uma criança de cinco anos seja executada, ou qualquer pessoa que busca um pedaço de terra, seja assassinada por qualquer motivo. Muito menos quando acontecem coisas como essas que revelam quanto é desigual, o quanto temos uma desestruturação na nossa sociedade, o quanto a sociedade é cruel.

Não acredito, Srs. Deputados, que os assassinatos de José de Oliveira, de Manoel de Souza, dessa menina de cinco anos, tenham 1% das manchetes de jornais que teve há vinte dias atrás, o incidente ocorrido no Congresso Nacional. Infelizmente é assim que reage a nossa sociedade. Quando são pobres, podem morrer que não merecem espaço nos jornais. Quando é equipamento público ou propriedade privada, olhamos com outros olhos.

Espero que tenhamos, da parte da Polícia Militar, e acredito que assim o será, o maior rigor com relação a esse crime, para que sejam, o mais rapidamente, apuradas as consequências e punidos os culpados.

Muito obrigado!

O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença, em nome da Deputada Cida Borghetti, do Prefeito de Orizona, Sr. Sérgio. Para nós é uma alegria sua presença aqui, junto conosco. E aproveitar também para registrar a presença do Deputado Federal Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que nos traz à tribuna nesta tarde, é a saúde. Precisamos melhorar, porque com todos os avanços que tivemos, ela continua fazendo vítimas. Pessoas estão morrendo e as estatísticas estão aí.

Hoje, com toda evolução e algumas melhorias, temos alguns casos que precisam ser relatados.

Desde que o Dr. Gilberto deixou a Secretaria da Saúde, alguns compromissos assumidos pelo Governo não estão cumpridos. Deputado Dobrandino, essa é a triste realidade. Para se ter uma idéia, o Governador esteve em Ponta Grossa recentemente e autorizou cinquenta mil reais por mês à Clínica Espol, que é uma clínica especializada em rádio e quimioterapia, o que daria para resolver a questão das pessoas que sofrem com esse problema. Para surpresa nossa, esse compromisso do Governador foi cumprido só um mês; depois disso, baixou de cinquenta para quinze, e as pessoas estão sendo encaminhadas para Curitiba para fazer o tratamento, porque parece que o Estado tem um acordo com uma empresa daqui, que deve impostos ao Estado. O que é repugnante ouvir, uma pessoa que tem câncer se obriga a sair da sua cidade porque alguém está devendo e quer-se cobrar sem se importar com o sofrimento dessas pessoas.

Não sei se o Governador sabe disso. O Secretário sabe, eu sei, porque particularmente lhe avisei do problema, e ele, ou não manda mais, ou faz de conta que manda. Se o Governador autoriza e vem depois alguém e desautoriza, alguma coisa está errada. O mandatário maior do Paraná autorizou e alguém do segundo escalão diz que não pode.

É trágico, pessoas na fila, sofrendo, precisando de ajuda. E nesse final de semana, morreu uma pessoa do bairro onde moro, por falta de um leito normal. Não era nem UTI, que não tinha na cidade e que tentamos conseguir. Imagine a situação, 24 horas tentando conseguir um leito para salvar uma vida; uma filha chorando ao telefone, pedindo ajuda, você tentando e não conseguindo.

A saúde teve algumas melhorias, sim, temos que admitir, mas, algumas coisas estacionaram. Precisamos cobrar mais, porque o que temos na saúde, hoje, não é suficiente para salvar vidas, principalmente das pessoas mais simples.

Então, faço este alerta: desde que o Dr. Gilberto deixou a Secretaria parece que ficou um vazio. Não foi colocado alguém em substituição que honre os compromissos assumidos pelo Governador.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago esta preocupação. A saúde já melhorou, mas precisa melhorar mais ainda. E os compromissos que o Governador assumiu devem ser cumpridos, senão daqui a pouco alguém vai pensar que ele não manda nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estivemos em companhia dos Deputados Reni Pereira e Duílio Genari, presididos pelo Deputado Elio Rusch, no Oeste do Paraná, semana passada. E durante dez dias fizemos visitas a assentamentos sem-terra, à Fazenda Experimental Singenta, estivemos em Matelândia, em Santa Tereza do Oeste, em Cascavel, juntamente com o representante do Ministério Público, Dr. Wanderley Batista, que tem um trabalho destinado principalmente à questão agrária, à questão fundiária. E, realmente, constatamos uma situação bastante complicada e estamos temerários pelo que possa vir a acontecer.

Agora há pouco o Deputado Duílio Genari confirmava com o Prefeito de Corbélia, Eliezer Fontana, a morte desta líder do MLST, juntamente com a filha de cinco anos, e quando soubemos desta notícia, logo pela manhã, ficamos ainda mais preocupados.

E essa confirmação até agora, também dita pelo Deputado Tadeu Veneri, do PT, remete-nos, a todos nós, políticos, a tomarmos algum tipo de iniciativa para minorar a questão do conflito no campo.

Ainda vai ser investigado para sabermos exatamente o que teria acontecido nessa morte, nesse acampamento em Corbélia, mas a situação é muito tensa, é um barril de pólvora prestes a explodir. E foi exatamente oportuna a decisão desta Casa de enviar representantes para sentir a situação. É diferente afirmar aqui da tribuna, é diferente estar *in loco*, constatando realmente a precariedade desses assentamentos, e analisando os dois lados.

Reunimo-nos com os prefeitos da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, fomos recebidos pelo anfitrião, Presidente Chico Menim, e constatamos as duas versões, tanto do lado dos sem-terra, quanto dos proprietários. E chegamos a uma constatação de que há erros dos sem-terra, dos proprietários de terras e do Governo, tanto estadual quando federal.

Portanto, é urgente tomarmos uma decisão, ou ações concatenadas que visem evitar que outras pessoas percam a vida e que essa situação possa ser exaurida o mais rápido possível.

O Deputado Miltinho Pupio, que também faz parte da Comissão, sabe desta realidade. Não tenho propriedade rural, mas essa é uma preocupação de todos nós paranaenses e brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, na condição de relator dessa Comissão, assessorados pelo Dr. Jefferson Abade, pelo Sr. Humberto Malluceli Neto, que é funcionário há trinta anos da Secretaria da Agricultura, estaremos fornecendo o nosso relatório, traremos para aprovação desta Plenária, para que possamos encaminhar esforços junto ao Incra, junto ao Ministério da Agricultura, também para os governos estadual e federal, para encaminharmos algum tipo de proposta visando atenuar essa situação que é de extrema gravidade e que pode explodir a qualquer momento.

Gostaria de solicitar ao Líder do nosso Partido, se fosse possível, utilizar a Liderança do PDT para conceder um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está no horário do PDT.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)

Gostaria, Sr. Relator dessa Comissão, da qual sou membro, de colaborar com o seu pronunciamento, inclusive no sentido de passar aos demais Parlamentares, à Mesa Executiva desta Casa, a tensão que vivenciamos. Não podemos mais nos omitir e nem permitir que essa solução, seja ela de onde tenha que partir, só venha depois da eleição. V. Exa. pôde acompanhar quando estávamos no município de Matelândia, por questão de um ou dois minutos quase vivenciamos, ou até mesmo poderíamos ter participado de uma tragédia, motivada por um momento de irracionalidade dos proprietários de terra, que se fizeram adentrar nos fundos da fazenda, andando atrás da Van onde estavam os Parlamentares e os líderes sem-terra, e à hora que estávamos lá dentro, veio um caminhão cheio de integrantes do movimento, trancaram a entrada e desceram com foices, facões, no sentido de realmente mostrar quem mandava ali. Graças a Deus e também à habilidade do Presidente da Comissão, que há menos de um minuto tinha pedido para os proprietários se retirarem. Também na cidade de Cascavel vivenciamos o Presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná desafiar o movimento: se invadissem a terra dele, ele estava armado e não ficaria ninguém em pé.

A situação é muito tensa. E o estado paralelo que está se criando nessas invasões, com regras próprias, com polícia própria. Inclusive não permitiram que nós Parlamentares e o Ministério Público entrássemos no acampamento. Ou o Estado resolve esta situação, ou fatalmente esse estado paralelo tende a multiplicar cada vez mais. No mesmo instante, recebemos o telefonema da Deputada Cida Borghetti que nos comunicava a invasão na

região de Maringá, onde mais de 1600 famílias teriam ingressado na Fazenda Santo Antônio.

Quero me somar a V. Exa. e dizer que continuo, não só como membro desta Comissão Especial, mas também como Deputado, clamando para que esta Assembléia busque a solução dos conflitos, porque senão, os resultados serão trágicos.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço o aparte do Deputado Reni Pereira.

Trouxemos a situação complicada que vivenciamos na Fazenda Singenta, onde também não pudemos entrar e os integrantes da Via Campesina, já bastante agastados com a nossa presença, começaram a endurecer. Foi complicado. Fomos corajosos; não fomos acompanhados por policiais. Estávamos ali sem nenhum tipo de assessoramento belicoso. Esse tipo de comportamento, tanto do lado dos sem-terra, quanto do lado dos proprietários, pode chegar a uma situação até mais grave do que estamos vivendo.

Vimos pela imprensa que os sem-terra vão soltar cerca de dez mil bois, como uma ameaça. Eles haviam arrefecido a situação. Uma trégua tinha sido imposta, mas já foi quebrada. E às vésperas de um período eleitoral o desgaste será muito grande.

Trazemos, nesta tarde, essa preocupação e aguardamos que a sociedade não se furte. E o Governador Roberto Requião deveria ter um pouco mais de sensibilidade com relação a tudo isso, já que se nega a cumprir as reintegrações de posse determinadas pela Justiça.

O Paraná possui hoje 64 terras invadidas e o Governo do Estado se nega a cumprir determinações judiciais, podendo ser até incriminado, chamado à responsabilidade a qualquer momento. E, com certeza, o prejuízo será de todos nós, paranaenses. Os prejuízos poderão ser argüidos através da Justiça que, com certeza, dará ganho de causa aos legítimos proprietários de terra, como vem sendo feito. Os sem-terra poderão ter os prejuízos ressarcidos através da Justiça e quem vai pagar a conta é o povo do Paraná.

Pedimos equilíbrio neste momento. Solicitamos ao Governo do Estado para que aja o mais rapidamente possível, com serenidade, com imparcialidade para que essa situação seja contornada, senão outras pessoas poderão tomar. São paranaenses, independentemente se são proprietários ou sem-terra, porque são seres humanos, são nossos irmãos que estão se digladiando.

Neste momento, a mão forte das autoridades deve prevalecer, a Justiça deve agir e, infelizmente, não temos aqui, pelo menos por enquanto - e essa é uma reclamação de ambas as partes - a participação ativa do Governo do Estado.

Estamos ocupando a tribuna, nesta tarde, para relatar a nossa constatação, nessa semana, da região Oeste do Estado. É uma pena que o Presidente Elio Rusch não esteja no plenário para trazer a sua impressão,

mas em nome dos Deputados Reni Pereira, Duílio Genari, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, deixamos registrada esta nossa preocupação, independente de coloração partidária, porque estamos bastante preocupados com o que pode vir a acontecer. A situação precisa ter a participação daqueles que têm a responsabilidade.

Nós, enquanto agentes públicos, estamos fazendo a nossa parte, mas tanto o Judiciário quanto o Executivo precisam agir de forma peremptória porque a responsabilidade maior é deles, tanto do Executivo quando do Judiciário, e não podemos nos furtar diante dessa situação.

Já tivemos mortes nesse final de semana, e outras mortes poderão acontecer. Esperamos que isso não venha a se consumir, mas tudo indica que se não houver uma intervenção daqueles que têm a responsabilidade, a situação pode se agravar cada vez mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente Pedro Ivo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orados inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

“O rato roeu a roupa do rei de Roma!”

O Governador Roberto Requião declarou que era colega de seminário do Padre Valter Pegorer, atual Prefeito de Apucarana. O Padre é pai do candidato a Deputado Estadual do PMDB lá em Apucarana. Agora, o filho do padre é o filho do condenado e o condenado, que foi colega de seminário do Governador Roberto Requião, teve uma condenação imposta pelo Tribunal de Contas da União. O Padre Valter foi, no final de semana, no jornal de Apucarana, e disse que a culpa pela sua condenação é dos seus opositores.

Não fui eu que fiz a denúncia; não fui eu que instruí processo junto ao Tribunal de Contas da União; não fui eu que desviei a merenda escolar; e ele vem dizer que a culpa é do seu opositor maior, que está muito satisfeito com a sua condenação. Estou muito satisfeito com a posição que o Tribunal de Contas tomou, em fiscalizar as ações político-administrativas daqueles que roubam da boca das crianças a merenda escolar.

Uma coisa, Srs. Deputados, é uma mera irregularidade técnico-administrativa-financeira, e outra é um Prefeito usar um supermercado que tem lá em Apucarana ou que tinha, por nome de “Panorama”, para comprar notas fiscais frias; notas que, no supermercado eram de mil reais e na Prefeitura, de cento e um mil reais. Uma coisa é você ser condenado por uma questão meramente técnica, outra é por desvio de finalidade, de mercadoria e de dinheiro. Foi o que aconteceu realmente, com a condenação do Tribunal de Contas da União que obriga o vigário de Apucarana, o seminarista colega do Governador

Roberto Requião. Foram colegas no seminário e agora são colegas de Partido. E eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos; temos que cuidar porque no futuro podemos fiscalizar o lugar para onde o padre-Prefeito pode ir. Temos visto as cadeias superlotadas e temos que lutar para que todos tenham seus direitos prisionais respeitados.

Então, vejo, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, o Grito do Al-Qaeda, Prefeito de Apucarana, o vigário Valter Pegorer, que tem um filho que é candidato a Deputado, com um grito de desespero. Ele sempre disse que queria ver as coisas certinhas, “os pingos nos is” e agora, senhor padre, foi a sua vez. Antes tarde do que nunca.

Quando entreguei a Prefeitura, construí quinze ginásios de desportos nas principais escolas da cidade, mais de cem salas de aula. Deixamos uma merenda escolar que era a melhor do Brasil, com certificado da FAE, inclusive.

Deixamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a cidade com equipamento para fazer a coleta de lixo público. Um mês depois ele privatizou. Até hoje não pagou a empresa que foi contratada, que está na Justiça recebendo mais de 15 milhões de reais pela coleta de lixo de 93, 94 e 95, que não foi paga pela Prefeitura de Apucarana, na sua primeira gestão. Essa mesma gestão em que houve o desvio da merenda escolar com a compra de notas fiscais frias no Supermercado Panorama.

Esta mesma ação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na área criminal está ocorrendo em Porto Alegre e será certamente condenado lá também pela Justiça Federal.

Passa a usar o horário da Liderança do PSB

Na mesma situação, agora na esfera criminal está em Porto Alegre, às margens do Guaíba, para ser julgado. Tenho absoluta certeza, mesmo a Justiça sendo cega, que Desembargadores vão fazer justiça, enxergar e ver o desvio de finalidade, financeiro, ocorrido criminosamente com relação à merenda escolar em Apucarana.

E nós teremos sentenciado na esfera criminal o vigário Prefeito de Apucarana.

Recentemente, entramos com uma ação popular protocolada na Comarca de Apucarana, onde dizíamos que o atual Prefeito estava usando da máquina administrativa para fazer campanha para o seu filho. E eis que a Justiça concedeu uma liminar e determinou a busca e a apreensão do material também criminoso, lá nas entranhas da Prefeitura de Apucarana. A busca e apreensão feita dentro da sede do município, de dezenas, de milhares de exemplares de cartilhas e jornais. Foram efetuadas pelos oficiais de Justiça e pela polícia, e se comprovou que realmente estava sendo usada a máquina administrativa e usado dinheiro do município de Apucarana para se fazer campanha política, partidária, do Governador Roberto Requião de Mello e Silva, do candidato a Deputado André Pegorer, que é filho do padre e o padre é Pre-

feito de Apucarana. Estão lá dezenas de quilos de jornais e de impressos que foram apreendidos pela Justiça, que comprovam exatamente isso que estou falando.

Como se não bastasse, tenho aqui no meu gabinete uma coletânea de notas distribuídas pela imprensa de Apucarana, da Prefeitura Municipal de Apucarana, fazendo a campanha política do Sr. André Pegorer, como se ele fosse o candidato da municipalidade, da Prefeitura, do município, o candidato oficial. As notas saem dos e-mails da Secretaria da Comunicação da Prefeitura e, com certeza, a Justiça Eleitoral irá cassar a candidatura, assim que for feito o pedido de registro, através de uma simples impugnação e teremos aí o filho do padre, cassado.

Gostaria de perguntar: Governador Roberto Requião, que tem ido sistematicamente a Apucarana, se ele tem conhecimento do uso da máquina administrativa para a promoção do filho do Prefeito e dele, porque isso poderá gerar, inclusive, uma situação mais complexa, porque o Governador está sendo beneficiado com a propaganda paga pelo município de Apucarana. Ora, se o filho do padre, que é beneficiado, vai ser cassado ou impugnado e vai ficar de fora da eleição, certamente o Governador também terá que ficar, porque ele está sendo beneficiado pela máquina pública do município de Apucarana.

Quero crer que é uma situação muito delicada, teremos um desdobramento muito sério em relação a isso, porque os e-mails que saem de dentro da Prefeitura - Deputado Neivo Beraldin, V. Exa., que é da Comissão de Fiscalização -, as notas e os jornais que publicam são pagos pela Prefeitura, para promover o filho do Prefeito, que é candidato a Deputado e o Governador Roberto Requião, atual Governador e candidato à reeleição. V. Exa. poderia também opinar sobre isso, porque é dinheiro público do município de Apucarana que está sendo envolvido e gasto em campanha eleitoral e isso tudo merece e precisa de uma atenção desta Assembléia Legislativa do Paraná.

Eu quero crer, que com a situação gerada em Apucarana, pela busca e apreensão feita por determinação da Justiça, na área Cível, a Justiça Eleitoral do Paraná, do Brasil, que quer moralizar as campanhas e "apartear" a corrupção, vai nos ajudar a "apartear" esses corruptos que estão abusando do dinheiro público para fazer as suas campanhas.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Deputados, havia denunciado aqui na tribuna da Assembléia um fato de um policial por nome José Marques, do Corpo de Bombeiros de Rolândia, de ter agredido fisicamente um ancião de sessenta e sete anos de idade, o Sr. Geraldo Borges.

O Comando da Polícia Militar tomou as providências, determinou a abertura de uma sindicância e foi comprovado; recebi um documento comprovando tudo aquilo que havia acontecido.

O ancião teve os dentes quebrados pelo policial militar do Corpo de Bombeiros, a roupa toda ensanguentada, foi arrastado na rua pelo truculento policial e tudo

isso foi provado. E agora, recebi a correspondência do Corpo de Bombeiros, comunicando que houve a punição ao José Marques, Sargento do Corpo de Bombeiros de Rolândia, e fiquei muito feliz em saber que ele havia sido punido. E aí, fui ler a punição que foi dada ao bombeiro e fiquei estarelecido com o que li! O bombeiro foi punido. Tudo o que José Scarpellini falou estava certo. A vítima teve os dentes quebrados, arrastado na rua, um ancião de sessenta anos de idade, e o bombeiro foi punido! Sabem qual foi a punição? Dois dias de prisão no Quartel do Corpo de Bombeiros de Rolândia. Dois dias de prisão por ter praticado um ato como esse! Quase matou o velhinho e é punido com dois dias de prisão no próprio Quartel do Corpo de Bombeiros!

Estou indignado com isso! Estou encaminhando um pedido de revisão ao Comando da Polícia Militar, porque não posso acreditar que uma coisa dessa seja verdade! Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, não posso acreditar que seja verdade e que isso tenha ocorrido aqui no Paraná, que é tido como um Estado que respeita os direitos humanos, um Estado desenvolvido. Não aceito! Se fosse no Haiti, já era de criar uma indignação muito grande, mas aqui no Paraná, não! Não pode ser! O truculento bombeiro, que bateu até quase à morte, ser condenado por dois dias de detenção dentro do Quartel e depois ainda, no final, diz assim: e o comportamento do bombeiro José Marques continua ótimo/bom, pois esse fato não irá alterar o seu comportamento como Policial Militar do Corpo de Bombeiros.

Ora, se isso é justiça, se isso é lei, então se acabou a justiça, acabou-se a lei!

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Horário das Lideranças. No Horário da Liderança do PFL, fará uso da palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com tristeza, hoje, venho a essa tribuna para registrar nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, o descaso que está acontecendo com a saúde, na região dos Campos Gerais, em especial na cidade de Ponta Grossa, que é uma cidade-pólo, que através dela são atendidas todas as pessoas que procuram o atendimento do SUS. Tivemos, nesses últimos quatro dias, pessoas necessitadas de internamento em leitos de UTI, mas infelizmente, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, não haviam leitos.

Um exemplo: um jovem de 17 anos, o Amarildo L., sofreu uma acidente de moto na região do Imbaú e rapidamente foi socorrido e havia a necessidade de inter-

namento em uma UTI. Por mais de dois dias, ele tentou, através dos profissionais da área da saúde, conseguir uma vaga. Não conseguiu. Não só não conseguiu como depois de três dias, na fila de espera, sua família teve que assinar um cheque de quinze mil reais para conseguir uma vaga de leito lá no município de Ivaiporã, Deputada Cida, não sei qual o hospital que lhe abriu as portas, com a caução de um cheque de quinze mil reais.

Outra pessoa, moradora do Núcleo Rio Verde, na cidade de Ponta Grossa, teve a necessidade de internamento em um leito de UTI. O que aconteceu? Dois dias ficou aguardando; não pôde aguardar mais. Sabe por quê, Deputado Artagão? Morreu à espera de um leito. E isso nos deixa um tanto quanto preocupados. E, ao mesmo tempo, nós, que moramos em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, vemos diariamente o Governador do Estado, o Secretário da Saúde do Estado do Paraná, anunciando melhorias na área: que foram criadas e implantadas dezenas de novos leitos de UTI's, na cidade de Ponta Grossa. O resultado dessa propaganda enganosa, estamos sentindo, através da população que está morrendo por falta de atendimento. Então, é um caos. É um caos que acontece em Ponta Grossa e parece-me que tudo isso é transportado e existe em outras regiões do Estado do Paraná. E não é possível que o Governador não tome uma atitude, porque no lugar de ele gastar esses milhões em propaganda enganosa, deveria investir na estrutura da saúde do Estado do Paraná. E tudo isso traz sérios problemas aos paranaenses.

Quero também deixar registrado que o Governador, em uma das estadas, porque periodicamente ele anda por lá, agora, não sei se porque a sua rejeição no município de Ponta Grossa é a maior no Estado. Então, ele sempre está lá. E cada vez que chega, anuncia uma nova ação do Governo. Há mais ou menos uns seis meses atrás, esteve no Instituto Sul Paranaense de Oncologia de Ponta Grossa, que atende e faz tratamento de câncer, um atendimento feito pelo SUS, e prometeu recursos para que esse Instituto atenda pelo SUS as pessoas que sofrem da doença do câncer. O que aconteceu? Ficou no "papo", Sr. Presidente, Srs. Deputados; novamente o Governador faltou com a verdade, porque não está cumprindo aquilo que falou na imprensa de Ponta Grossa. Os cinquenta mil reais que prometeu, como se fosse muito bonzinho, como se fosse dinheiro dele e não do povo, arrecadado pelos paranaenses, inclusive, pelos moradores de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais. Prometeu cinquenta mil e está mandando dez mil por mês, sendo que o Instituto não tem condição de dar o atendimento às pessoas.

Quero também falar do Hospital São Camilo, um hospital que a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa recuperou de um antigo hospital psiquiátrico e que com o dinheiro do município a Prefeitura fez uma restauração no prédio, reformou. No compromisso do Governador, mensalmente destinaram recursos para esse hospital. O hospital foi inaugurado agora, há uma semana atrás; o

Governador lá esteve com discursos fortes sendo feitos na defesa da Saúde. Espero que não dê o cano também, porque no Instituto do Câncer, no SPOM, ele deu, só prometendo e não cumprindo.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, houve o compromisso e a promessa do Governador que gastou um dinheirão na Rede Globo de Televisão e nos demais meios de imprensa, que estava liberando 30 milhões de reais para o Hospital Regional ser construído dentro do campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Dias atrás, o Governador disse que é para Ponta Grossa se contentar com 5 milhões de reais!

Meus amigos, esse é o verdadeiro estelionato eleitoral, chega no período da eleição, o Governador promete tudo! Só que de 30 milhões de reais, que é o custo desse Hospital Regional, vai liberar cinco! Quem é que vai pagar, Deputada Cida Borghetti? Será que é o Deputado Ricardo Barros, se for candidato a Governador do Estado? Será que é o Rubens Bueno? O Flávio Arns? Porque, com certeza, o povo do Paraná vai dizer NÃO para o Requião que promete e não cumpre! Isso já foi com o Ferreirinha, lá no começo da década de 90, depois o pedágio; baixa ou acaba! Agora ele está blefando, mentindo, ou melhor, desculpem, faltando com a verdade em relação à Saúde, em especial com a nossa cidade de Ponta Grossa. É por isso que a sua rejeição, em Ponta Grossa, é a maior do Estado do Paraná, porque cada vez que ele vai lá, ninguém acredita mais, é só "papo", conversa fiada e pouca ação!

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças, passa-se à Ordem do Dia.

Antes, porém, gostaríamos de convocar os membros da Comissão que irá tratar do voto secreto - PEC 029/06: PMDB: Deputada Elza Correia; PT: Padre Paulo Campos; PFL: Plauto Miró Guimarães; PSDB: Luiz Nishimori; PDT: Barbosa Neto.

Esta Vice-Presidência irá instalar a Comissão amanhã às 14h15, na Sala da Presidência.

Também às 14h30 a PEC 030/06, referente à questão de habite-se para as fossas sépticas: PMDB: Deputado Edson Strapasson; PT: Luciana Rafagnin; PFL: Elio Rusch; PSDB: Luiz Nishimori; PDT: Neivo Beraldin.

O Presidente solicita aos Srs. Líderes do PMDB, PFL, PT, PDT e PSDB, a indicação de um membro partidário para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá opinar sobre a Proposição 022/06, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação ao *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual, dispondo que a Assembléia Legislativa do Paraná reunir-se-á de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Solicitamos a indicação dos membros aos Srs. Líderes de Partidos até amanhã.

A pedido do Deputado Antonio Anibelli registramos o aniversário do Deputado Ângelo Vanhoni, a quem desejamos muitas felicidades.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, memorando de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá opinar sobre a Proposição nº 22/06. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 019/06, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, indicando ao Chefe do Executivo a organização da Defensoria Pública do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 020/06, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, indicando ao Chefe do Executivo a criação de comitê para solucionar conflitos decorrentes de concursos públicos no Estado do Paraná, na forma orientada pela CCJ. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, anunciando a composição da Comissão que irá analisar a PEC nº 029/06 - que trata sobre voto secreto em dispositivos do Processo Legislativo e a PEC nº 030/06, referente a Fossa Septica (habite-se). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente.

Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 722/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a comercialização de garrações reutilizáveis e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 722/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A empresa titular da marca inscrita em garrafão de água reutilizável não poderá impedir a livre circulação do produto ou reutilização do recipiente, ainda que por empresa concorrente, ou criar, por meio de marca, vínculo artificial com o consumidor de maneira a impedir a ele a plena liberdade em adquirir o produto de quem lhe aprouver, desde que sejam observadas as seguintes regras:

I - o garrafão de água tenha sido regularmente colocado no mercado e adquirido por consumidores, revendedores ou produtores;

II - seja o garrafão de água efetivamente reutilizável e do tipo padrão utilizado por todos os produtores.

Art. 2º O produtor que, observando as regras estabelecidas nesta lei, reutilizar o garrafão de água, deverá nele colocar em destaque o rótulo com sua marca, através de rótulo comercial próprio, nos termos e prazos determinados pelas autoridades administrativas, de maneira a não causar confusão ao consumidor.

Art. 3º Fica vedada a inscrição da marca da empresa nos garrafões de água reutilizáveis produzidos e distribuídos a partir da vigência desta lei.

Art. 4º O não cumprimento desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais);

III - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a cada reincidência.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei para sua fiel execução, determinando o órgão competente para a fiscalização e o respectivo procedimento.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.06.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 139/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que dispõe sobre campanhas permanentes de prevenção, controle e combate ao hipotireoidismo, em todo o Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 139/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir campanhas permanentes de prevenção, controle e combate ao hipotireoidismo em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º Deverá ser criado um núcleo onde serão centralizadas todas as informações sobre o paciente, visando um controle permanente a fim de evitar a interrupção do tratamento.

Art. 3º É obrigatório o repasse das informações sobre o paciente ao núcleo de que trata o artigo 2º pelo médico que diagnosticar a doença.

Art. 4º Poderão ser formados convênios com órgãos municipais e federais, bem como entidades privadas, visando o melhor cumprimento da presente lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.06.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/06, aprovando abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais), ao vigente orçamento do Centro de Convenções de Curitiba - CCC, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 18 de dezembro de 2005. (Reforma do próprio Centro de Convenções) PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Agentes Ambientais e de Reciclados Palotina Preserva A-Pava, com sede e foro no município de Palotina. (Reforma do próprio Centro de Convenções) PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/06, aprovando um ajuste alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revogando a Lei nº 11.263, de 21 de dezembro de 1995, que criou o

município de Novo Pirapó. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/06, de 04/02/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 171/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 11.263, de 21 de dezembro de 1995, que criou o município de Novo Pirapó.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 19:

Art. 19. Lei Complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de Município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei;

Conforme verificamos, a consulta popular foi elaborada, porém teve cunho negativo, conforme registro no Acórdão nº 20.319 de 14 de dezembro de 1995, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, concedendo título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao Dr. Antonio Fernando Barros e Silva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 282/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de Cidadão Honorário ao Dr. Antônio Fernando Barros e Silva.

Fundamentação

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/01, a respeito do título de Cidadão Honorário:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

No mérito, não há impedimento quanto ao regular seguimento do projeto.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 282/06.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Reni Pereira, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Quarenta e um Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Responderam à chamada nominal 41 Srs. Deputados.

Solicito aos Deputados Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães e Durval Amaral para que procedam ao escrutínio dos votos.

Quarenta e um responderam SIM.

Está aprovado o projeto em 1ª Discussão, por unanimidade.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declarando de Utilidade Pública Estadual o Med Prev - Instituto de Incentivo à Medicina Preventiva, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/06, de 29/05/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 304/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública o Instituto de Incentivo à Medicina Preventiva, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional, Cultural, Artístico e Desportivo - Acodecad, com sede e foro no município de Carlópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/06, de 30/05/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 308/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional, Cultural, Artístico e Desportivo, com sede e foro no município de Carlópolis.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Indicação)

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 017/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, que sugere o envio de

expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Murilo Xavier, objetivando a implantação de uma unidade de saúde para atenção integral à mulher e à criança, nos municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066, de 06/06/06)**

Discussão Única (Proposição)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 044/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 206/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais e maternidades públicas e privadas do Estado do Paraná exigirem a apresentação de certidão de nascimento dos recém-nascidos quando da alta das gestantes e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 106/06

Curitiba, 08 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 084/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 206/05, por julgá-lo inconstitucional, pelo indiscutível fato de que, versando sobre registros públicos, afronta o artigo 22, inciso XXV, da Magna Carta da República.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 206/05 encontra-se publicado no DA nº 029/05, de 19/04/05, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 044/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 206/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de Hospitais e Maternidades Públicas e Privadas do Estado do Paraná exigirem a apresentação de certidão de nascimento dos recém-nascidos quando da alta das gestantes e dá outras providências.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Em votação.

Para encaminhar, com a palavra a Deputada Arlete Caramês.

A SRA. ARLETE CARAMÊS (PPS)

Gostaria de pedir aos nobres colegas para que ajudassem na derrubada deste veto, pois é um projeto que pede a obrigatoriedade à mãe, quando da alta da maternidade, que apresente um documento da criança para evitar aquele rapto dentro da maternidade e dos hospitais, e que a mãe possa provar que aquele bebê é seu.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário Reni Pereira que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Sr. Presidente, quarenta e um Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos Deputados Luiz Nishimori, Duílio Genari e Kielse, para que procedam ao escrutínio dos votos.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para agradecer a presença do Vereador Leonardo Mion, do PPS de Cascavel, que está presente na Casa no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas ao Vereador.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar as presenças dos Deputados Eduardo Sciarra e Sperafico. Esta Casa está com saudades de seus pronunciamentos.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Devidamente registrado as presenças nos Anais desta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

Resultado, Sr. Presidente, quatro SIM; trinta e sete NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está derrubado o veto e mantido o projeto.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1555 e 1570, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1556 e 1557, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1558 e 1559, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1560, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1561, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1562, 1563 e 1581, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1566, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1569, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1573 e 1574, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1575, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1578, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1580, 1582, 1583, 1585, 1586-A, 1587, 1588 e 1589, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1594, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 171, 282, 304 e 308/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 149, 150, 151, 165, 195 e 252/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 018/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Despacho do Diretor

DESPACHO DO DIRETOR

Protocolo nº 4858/06
Requerente: MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI
Data: 02.06.06.

- 1) INDEFIRO, nos termos da informação e parecer anexos.
- 2) Ao D.S.E., para publicação.
- 3) Ao D.A. para arquivar.

Curitiba, 14.06.06.
(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

